

POTENCIAL ECONÓMICO DA DIÁSPORA

ORGANIZADORES

Inês Vidigal
Rui Pena Pires

Potencial Económico da Diáspora

Inês Vidigal e Rui Pena Pires (orgs.)

POTENCIAL ECONÓMICO DA DIÁSPORA

Observatório da Emigração | Lisboa, 2024

© (da organização) Inês Vidigal e Rui Pena Pires, 2024

Inês Vidigal e Rui Pena Pires (orgs.)

Potencial Económico da Diáspora

Primeira edição: setembro de 2024

ISBN Digital: 978-972-8048-92-1

DOI: 10.15847/CIESOMOUT012024

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Observatório da Emigração, Portugal

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

Página: <http://observatorioemigracao.pt/>

Apoios

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Fundo para as Relações Internacionais

Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Índice

Índice de gráficos e quadros	vii
Prefácio	ix
Nota introdutória	1
<i>Inês Vidígal e Rui Pena Pires</i>	
1 O impacto económico potencial das diásporas	3
<i>Joël Machado</i>	
2 Indicadores sobre o contributo económico potencial da emigração	17
<i>Inês Vidígal</i>	
3 Emigração, retorno e desenvolvimento	31
<i>José Carlos Marques, Pedro Góis e Filipa Pinho</i>	
4 Transnacionalismo socioeconómico de portugueses na Alemanha	49
<i>Pedro Candeias</i>	
O Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora	67
<i>Cristina Coelho</i>	

Índice de gráficos e quadros

Gráficos

2.1	Estimativa do número total de emigrantes portugueses (<i>stock</i>): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2019	20
2.2	Estimativa do número total de emigrantes portugueses (<i>stock</i>): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por sexo, 1990-2019	20
2.3	Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2019	21
2.4	Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por grau de instrução, 2000/01 e 2010/11	21
2.5	Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por profissões, 2010/11	22
2.6	Comparação entre a evolução das remessas recebidas em Portugal e a evolução do PIB e das exportações, 1996-2020 ...	24
2.7	Remessas recebidas em Portugal, principais países de origem das transferências, 2020	24
2.5	Evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses, 1980-2020	26
2.9	Evolução dos depósitos de emigrantes portugueses, 1980-2020 ..	27
2.10	Evolução da taxa de depósitos de emigrantes em bancos portugueses, por NUTS II, 2000-2019	29
3.1	Expetativas de regresso a Portugal, por país de residência	38
3.2	Relevância de diferentes fatores na decisão de regressar ou não ao país	40
3.3	Importância de fatores específicos de Portugal na decisão de regressar	40

3.4	Importância de fatores específicos do país de residência na decisão de regressar	41
3.5	Motivos considerados importantes para a visita a Portugal	42
3.6	Destino do dinheiro enviado para Portugal	42
3.7	Tipo de investimento realizado pelos emigrantes regressados	44
4.1	Stock de portugueses emigrados na Alemanha, 1967-2015	56
4.2	Envio de remessas por principais preditores	58
4.3	Relações transnacionais laborais de portugueses na Alemanha ..	59
4.4	Relações de trabalho com Portugal de portugueses na Alemanha por principais preditores	61
A.1	Pedidos do Estatuto de Investidor da Diáspora, por continente, até março de 2021	74
A.2	Investimentos da diáspora por região, até março de 2021	74
A.3	Investimentos da diáspora por setor de atividade, até março de 2021	75

Quadros

3.1	Caraterísticas sociodemográficas dos inquiridos	36
4.1	Principais países de resposta	54
4.2	Envio de remessas nos principais países de emigração portuguesa, %	57
4.3	Coeficientes de regressão logística e <i>odds ratio</i> para o envio de remessas	59
4.4	Ligações de trabalho com Portugal pelos principais países de destino da emigração portuguesa	60
4.5	Coeficientes de regressão logística e <i>odds ratio</i> para o transnacionalismo laboral de portugueses na Alemanha.....	62

Prefácio

Com mais de cinco milhões de cidadãos a residir no estrangeiro, Portugal tem uma das maiores diásporas do mundo. É uma diáspora com elevada integração nos países de acolhimento, ao nível empresarial, político e científico, e cada vez mais em lugares de topo na gestão de empresas multinacionais. A diáspora portuguesa encerra um enorme potencial económico para o desenvolvimento do país, que importa valorizar e promover.

Esse potencial tem expressão, desde logo, no contributo significativo que os emigrantes prestam através das suas remessas. Em 2020, as remessas da diáspora representaram mais de três mil milhões de euros, o que equivale a 1,8% do PIB português.

Sabemos que os emigrantes portugueses sempre investiram em território nacional, em particular nas suas comunidades de origem. Sabemos, também, a importância da diáspora na exportação dos produtos portugueses, muitas vezes através de cadeias de comercialização próprias, e também na atração de investimento externo e de turismo para Portugal.

É indiscutível a vitalidade que inúmeras aldeias e cidades de Portugal ganham com a chegada dos emigrantes em agosto e cada vez mais, também, noutras épocas do ano, como o Natal e a Páscoa. O contributo direto deste regresso temporário e sazonal na receita turística, ainda não cabalmente avaliada, será certamente importante. Alguns estudos apontam que quase um quarto dos turistas estrangeiros que visitam o país têm de alguma forma ligação a portugueses ou lusodescendentes.

Com o objetivo de valorizar o potencial económico das comunidades portuguesas, e de apoiar o investimento das nossas comunidades em Portugal, lançámos, em 2020, o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID). O PNAID pretende promover o investimento da diáspora em especial no interior do país. Procura, ainda, estimular as exportações e a internacionalização das empresas locais através da diáspora e prestar, através do programa Regressar, apoio àqueles que o queiram fazer.

Os primeiros seis meses de implementação do PNAID demonstram a valia deste programa:

- os 160 estatutos de investidores da diáspora emitidos são um sinal claro da vontade de investimento no país por parte dos emigrantes e lusodescendentes. Este estatuto já permitiu abrir programas de apoio financeiro ao investimento e criação de emprego que receberam mais de 130 candidaturas;
- os 72 projetos de investimento, já acompanhados pelo Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), representam um investimento potencial superior a 50 milhões de euros, sobretudo nas áreas da agricultura e indústria alimentar, do imobiliário e turismo, dos serviços a empresas e tecnologias de informação, da comunicação e da eletrónica.

No que diz respeito à promoção deste investimento, estamos a trabalhar na criação de uma rede de apoio ao investidor da diáspora que articule os serviços públicos e as redes internas, desde logo a rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante nos municípios e comunidades intermunicipais, com os quais temos colaborado de forma estreita, e as redes externas, em particular a rede diplomática e consular, mas também as redes de câmaras de comércio e indústria, de pós-graduados e associações da diáspora. Procuramos, deste modo, criar redes capazes de fomentar o investimento da diáspora portuguesa de forma sustentável e duradoura.

Sendo evidente o extraordinário potencial económico da nossa diáspora, será importante promover estudos e investigação que permitam medir e valorizar este contributo, nas suas dimensões financeira, tributária, imobiliária, turística, de investimento, de criação de emprego, de atração de investimento direto estrangeiro e de exportação através da diáspora. O PNAID deverá dar um contributo decisivo para essa agenda.

O colóquio “Potencial Económico da Diáspora” é um bom exemplo daquilo que pode ser feito. Nele procurámos convocar as universidades e os centros de investigação que trabalham em temáticas relevantes para a avaliação do potencial económico da diáspora portuguesa. Esta é mais uma manifestação da importância crucial de trabalhar em rede: só assim teremos acesso àquele que será o panorama global do tema que deste colóquio.

O investidor da diáspora conhece, em regra, muito bem o território onde pretende investir. É essencial também que o país conheça este investidor e reconheça o valor do potencial da aposta das comunidades portuguesas em Portugal.

Berta Nunes

Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas
do XXII Governo Constitucional
21 de abril de 2021

Nota introdutória

Inês Vidigal e Rui Pena Pires

(Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)

Compilam-se neste livro quatro textos sobre o potencial económico da diáspora, inicialmente apresentados num colóquio sobre o tema realizado em 2021. Complementarmente, é ainda incluída uma apresentação e balanço do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora.

No primeiro texto, Joël Machado faz uma revisão crítica da literatura económica sobre os impactos da diáspora nos países de origem da emigração. São discutidos os principais meios através dos quais os emigrantes podem ter um impacto no país de origem: as remessas, o investimento direto estrangeiro, o comércio e a transferência de conhecimentos. O autor alarga depois a sua discussão tratando os efeitos económicos indiretos da diáspora sobre o país de origem, em particular a través das remessas sociais e da influência sobre a governação. Conclui que os “emigrantes regressados podem utilizar o seu capital financeiro e o seu saber acumulado para fomentar o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento local no país de origem” e realça a necessidade de mais estudos sobre o tema.

No capítulo 2, Inês Vidigal, depois de uma breve caracterização da emigração portuguesa recente, apresenta alguns dos principais indicadores disponíveis sobre o contributo económico potencial da emigração em Portugal. São sistematizados os valores de quatro indicadores nas últimas décadas: as remessas, os empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, os depósitos de emigrantes em bancos portugueses e a taxa de depósitos de emigrantes por regiões e municípios. Os valores destes indicadores têm tendido para a estabilidade ou ligeira descida depois de uma redução significativa na passagem do século. Contudo, são ainda valores economicamente relevantes, como ilustrado pelo facto de as remessas terem uma expressão semelhante, ou mesmo superior, às transferências líquidas da União Europeia para Portugal.

No capítulo 3, José Carlos Marques, Pedro Góis e Filipa Pinho apresentam alguns dos primeiros resultados de um estudo sobre o regresso de

emigrantes portugueses, que incluiu a aplicação de um inquérito por questionário a 2.349 portugueses residentes no estrangeiro. O foco do questionário como do capítulo é o estudo das intenções de retorno. Os autores apresentam os principais resultados do estudo sobre temas como as expectativas de regresso, os tempos e motivações para o regresso e os potenciais efeitos da migração e do retorno de emigrantes no desenvolvimento económico do país. Concluem que “o envio de remessas para o país e as viagens a Portugal constituem duas das formas pelas quais os migrantes mantêm relações económicas com o país”. Sublinham que “as relações económicas que os emigrantes mantêm com o país de origem podem ser entendidas como uma manifestação [de] práticas transnacionais”.

Estas práticas são o objeto do capítulo 4, de Pedro Candeias, sobre transnacionalismo socioeconómico de portugueses na Alemanha. Com base em vários estudos, o autor analisa, em particular, dois tipos de ligações económicas entre emigrantes portugueses e o país de origem: o envio de remessas e as ligações de trabalho. As transferências anuais de remessas para Portugal, praticadas por metade dos membros da amostra estudada é mais marcada entre os emigrantes menos qualificados. Pelo contrário, as ligações de trabalho entre a Alemanha e Portugal, muito minoritárias, são sobretudo praticadas por profissionais altamente qualificados e empresários transnacionais. Conclui o autor que as práticas transnacionais dos portugueses na Alemanha têm uma configuração intermédia quando comparadas com outras diásporas, “entre a elite de eurostars [...] e imigrantes laborais muito pouco qualificados”.

No último texto compilado neste livro, Cristina Coelho apresenta o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora e alguns dos principais indicadores da sua aplicação até ao ano de 2021. São identificadas e caracterizadas as medidas e eixos que integram o Programa e sintetizada informação sobre a monitorização de indicadores-chave os resultados obtidos.

Capítulo 1

O impacto económico potencial das diásporas

Joël Machado

(Luxembourg Institute of Socio-Economic Research)

Com cerca de cinco milhões de cidadãos portugueses no estrangeiro, Portugal faz parte dos países com a maior diáspora em relação à sua população.¹ Assim, compreender o potencial impacto que tal diáspora pode ter no país é de grande relevância. No presente capítulo, propõe-se uma breve panorâmica dos estudos académicos em economia que analisam o impacto das diásporas nos países de origem.²

Antes de se debruçar sobre o tema principal, este capítulo começa com algumas observações sobre o seu objetivo e a sua estrutura. Primeiro, embora o tema da emigração seja estudado em todas as ciências sociais, tais como a sociologia, a antropologia, a ciência política, etc., os artigos discutidos neste capítulo utilizam a economia como quadro de análise. Segundo, o capítulo centra-se principalmente no impacto da emigração e das diásporas nos países de origem e abstrai-se da literatura abundante sobre os efeitos nos países de destino (ver Edo *et al.*, 2018, para uma revisão recente) ou nos próprios emigrantes (ver Gibson *et al.*, 2018, 2021). A literatura económica que adota a perspectiva do país de origem é mais limitada do que a literatura que estuda os efeitos económicos da imigração através da perspectiva do país de destino. As razões para este foco são diversas e incluem a dificuldade de medir os fluxos de emigração, um maior interesse pelo fenómeno da imigração nos países que possuem fortes infraestruturas de investigação, como os Estados Unidos

1 O autor agradece ao Observatório da Emigração a oportunidade de contribuir para este projeto de *e-book*. Nascido fora de Portugal como descendente de emigrantes, este é o seu primeiro escrito científico em português. Por conseguinte, o autor agradece os comentários e a revisão de Glória Barreira Machado, Martín Fernández-Sánchez e Carla Martins. Todos os restantes erros são da sua única responsabilidade.

Contacto: joel.machado@liser.lu

2 Rapoport (2019) e Bahar (2020) propõem revisões recentes que incidem mais nos aspetos técnicos da literatura. O apêndice descreve brevemente como os economistas tentam identificar o impacto da emigração.

e o Reino Unido, a concentração dos discursos públicos em questões ligadas à imigração e não à emigração, etc. Em terceiro lugar, a maioria dos resultados aqui citados não se basearão necessariamente (e de facto raramente) no caso português, porque a literatura económica internacional não o analisou em profundidade. No entanto, os meios através dos quais a diáspora afeta o país de origem, discutidos nessa literatura, podem ser muito relevantes para o caso de Portugal e podem, no mínimo, fornecer um ponto de partida para refletir com mais pormenores sobre os efeitos potenciais das diásporas para o país.

A secção seguinte começa por descrever alguns meios através dos quais os emigrantes podem ter um impacto no seu país de origem e, em particular, na sua economia. Depois, a secção segunda pormenoriza quatro meios específicos: as remessas, o investimento direto estrangeiro, o comércio e a transferência de conhecimentos. A secção terceira discute alguns tipos de remessas sociais e a quarta secção conclui com uma breve discussão sobre a necessidade e a importância de mais pesquisa na área da emigração.

As vantagens dos emigrantes

Como ponto de partida, a fim de compreender como os emigrantes podem ter impacto no seu país de origem, é útil pensar como o fariam. O que diferencia um emigrante de um nativo que permanece no seu país de origem?

Por definição, os imigrantes vivem e trabalham num país e numa economia diferentes. Assim, é mais provável que sejam capazes de ultrapassar as barreiras de comunicação e linguagem típicas de dois indivíduos nativos de dois países diferentes. Além disso, têm uma maior probabilidade de possuir conhecimentos sobre o ambiente regulamentar em ambos, o país de origem e o país de destino. Devido à sua experiência num país estrangeiro e na sua sociedade, acumulam conhecimentos diferentes e são confrontados com normas e comportamentos sociais diferentes.

Para além dos emigrantes que vivem no seu país de destino (e que fazem parte da diáspora), três tipos de experiências de mobilidade podem beneficiar os países de origem uma vez que essas pessoas tenham regressado. Existem estudos dedicados a estes tipos de mobilidade que mereceriam certamente mais atenção. No entanto, a fim de manter o foco deste capítulo nas diásporas, são apenas mencionados brevemente.

- a) Os emigrantes regressados podem utilizar o seu capital financeiro e o seu saber acumulado para fomentar o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento local no país de origem, após o seu regresso. Dustmann e Kirchkamp (2002), por exemplo, sublinham a prevalência da atividade empresarial entre os turcos que retornam da Alemanha.

- b) Alguns trabalhadores podem adquirir uma experiência de trabalho internacional, ao serem transferidos temporariamente para uma filial estrangeira da sua empresa ou para uma entidade parceira (Morales, 2019). Ao regressarem após esta experiência temporária, poderão trazer conhecimentos e bens semelhantes aos dos migrantes de regresso.
- c) Os estudantes internacionais que regressam depois de completarem os seus estudos no estrangeiro, com conhecimentos sobre práticas e/ou redes estrangeiras, podem contribuir para o desenvolvimento do seu país de origem, um aspeto pouco estudado por falta de dados suficientes (Chellaraj, 2019).

O impacto económico dos emigrantes no país de origem

Remessas

As remessas (ou seja, as transferências financeiras) que os emigrantes enviam para o país de origem são frequentemente o primeiro efeito que ocorre quando se pensa no impacto económico das diásporas. Estas remessas podem ser destinadas a uso pessoal ou para apoiar a rede social alargada do emigrante (a família, os amigos ou a comunidade local). O volume de remessas recebidas em Portugal através do sistema bancário excedeu 3,6 mil milhões de euros em 2020, representando cerca de 1,7% do PIB. Transferências adicionais podem chegar ao país através de canais não registados, tais como dinheiro em espécie transportado pelos próprios emigrantes ou por terceiros quando o visitam. Não temos conhecimento de estimativas relativas à importância destes canais alternativos para Portugal, mas Freund e Spatafora (2008) estimam que, para os países em desenvolvimento, estas transferências não oficiais representam um volume adicional que varia entre 35% e 75% das transferências oficiais.

As remessas não são apenas uma fonte de rendimento potencialmente importante para o agregado familiar recetor. Podem não só permitir aos destinatários expandir o consumo, como também fomentar investimentos em pequenas empresas, o acesso ao autoemprego e a promoção da educação das crianças nos agregados familiares recetores (ver Rapoport e Docquier, 2006, para uma discussão geral dos efeitos das remessas). Além disso, através da tributação do consumo e do investimento que permitem nos países recetores, as remessas também contribuem indiretamente para as finanças públicas.

Para além das remessas, os imigrantes podem ajudar a construir ligações e estabelecer redes entre os seus países de origem e de destino. Estas redes fornecem informações sobre oportunidades de negócios locais. Os imigrantes também contribuem para reduzir os custos de transação do comércio devido ao seu conhecimento dos mercados dos países de origem, das suas

línguas, dos seus costumes, das suas práticas comerciais e das suas leis. Podem assim, em particular, ajudar a ultrapassar barreiras não tarifárias e outras falhas de mercado que limitam o comércio e os fluxos de investimento entre países. Além disso, os imigrantes podem também promover o desenvolvimento da confiança empresarial, em particular nos países em desenvolvimento, onde as instituições são mais fracas e os contratos mais difíceis de fazer cumprir (ver Gould, 1994; Head e Ries, 1998; Rauch, 1999).

Comércio

O papel dos imigrantes na redução dos custos das transações comerciais entre países é abordado numa extensa e crescente literatura.

As diásporas são mais valiosas na promoção do comércio de produtos diferenciados do que do comércio de produtos similares, onde os seus conhecimentos são menos relevantes (ver, por exemplo, Rauch e Trindade, 2002; Rauch e Casella, 2003). Os países com diásporas maiores tendem a ter um melhor desempenho em termos de exportações (Bahar, 2020). Também é mais provável que um país se torne um exportador competitivo de um determinado produto, que não exportava anteriormente, quando tem uma grande diáspora residente noutros países que exportam esse produto específico (Bahar e Rapoport, 2018). Parsons e Vézina (2018) utilizam o caso dos refugiados vietnamitas nos Estados Unidos para estudar o impacto das redes migratórias nas relações comerciais. Após os Estados Unidos terem levantado um embargo ao comércio com o Vietname em 1994, os estados que acolheram mais refugiados desenvolveram mais comércio com este país, sugerindo que, de facto, diásporas maiores são benéficas para as relações comerciais.

Alguns autores salientam também a importância de certos grupos específicos de imigrantes na promoção da produção e do comércio no país de origem. Por exemplo, Kerr (2008) mostra que o crescimento das comunidades científicas étnicas dos Estados Unidos aumenta a produção de indústrias relevantes no país de origem da diáspora através do reforço dos fluxos de conhecimento. Aleksynska e Peri (2014) constatam que a percentagem de imigrantes empregados em profissões relacionadas com a gestão das empresas tem um efeito importante no comércio, em particular em bens diferenciados. Além disso, os efeitos da rede empresarial parecem particularmente relevantes na promoção das exportações para países culturalmente diferentes, que têm línguas e sistemas legais diferentes.

Finalmente, é também relevante estudar o impacto da diáspora nos mercados de bens do país de origem. Por um lado, os imigrantes podem consumir mais ou menos dos bens nacionais quando residem no país de destino (dependendo do seu rendimento, dos seus gostos e da disponibilidade desses bens). Por outro lado, as diásporas expandem os mercados de bens nacionais no país de destino, tornando-os assim mais visíveis para os outros residentes

locais. As especialidades alimentares e serviços nacionais, tais como ligações aéreas diretas entre o país de origem e o país de destino, são exemplos concretos. Steingress (2018) constata que um aumento de 10% dos imigrantes recentes num estado dos Estados Unidos aumenta as importações do país de origem dos imigrantes em 1% e as exportações em 0,8%. A disponibilidade destes bens pode torná-los mais visíveis e acessíveis para os nativos, promovendo assim os bens e o país de origem no país de destino (por exemplo, para o turismo ou oportunidades de negócios).

Investimento direto estrangeiro

As diásporas podem afetar os fluxos de investimento entre os países de origem e os países de destino (Bahar, 2020). Mayda *et al.* (2019) argumentam que as diásporas de refugiados nos Estados Unidos facilitam a abertura de filiais locais por empresas multinacionais nos seus países de origem. Mais concretamente, encontram que um aumento de 10% nos refugiados aumenta os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) para os países de origem em 0,54%, o número de projetos de IDE em 0,24% e os empregos associados na origem em 0,72%. Foley e Kerr (2013), centrando-se nos inventores migrantes, mostram que estas diásporas reduzem os custos de entrada nos mercados dos seus países de origem para as empresas multinacionais americanas. Além disso, o papel dos imigrantes é particularmente importante na presença de barreiras linguísticas entre os países de origem e de destino (Lücke e Stöhr, 2018). Finalmente, os imigrantes, em particular os imigrantes altamente qualificados, podem ter impacto nos empréstimos bancários internacionais. O seu papel é particularmente importante entre países culturalmente mais distantes, onde os problemas de informação são mais agudos, e para tipos de ativos mais arriscados e mais sensíveis à informação (Kugler, Levintal e Rapoport, 2018).

Outro aspeto interessante relativamente ao papel das diásporas relaciona-se com a persistência do seu possível impacto. Burchardi, Chaney e Hassan (2019) mostram que a duplicação do número de residentes nos Estados Unidos com ascendência de um determinado país estrangeiro aumenta a probabilidade de pelo menos uma empresa local se envolver em investimentos diretos estrangeiros com esse país em 4 pontos percentuais. Assim, a presença de diásporas pode implicar consequências duradouras nas relações económicas bilaterais entre os países de origem e de destino.

Conhecimentos

Um terceiro tipo de fluxos bilaterais que podem ser afetados pelos emigrantes é a transmissão de conhecimentos. As transferências de conhecimento podem ocorrer através de diferentes meios. Os cientistas e engenheiros migrantes

podem manter contactos sociais com associações profissionais e instituições educativas nos seus países de origem e assim fomentar fluxos de conhecimento. A transmissão de conhecimentos científicos e técnicos pode ocorrer numa base amigável (e informal) ou contratual (Meyer e Brown-Luthango, 1999). As transferências por empresas multinacionais, devido quer à mobilidade interna quer à colaboração entre filiais em diferentes locais, podem melhorar a transmissão de conhecimentos. Finalmente, os migrantes de regresso podem contribuir diretamente para a economia dos seus países de origem com os conhecimentos adquiridos no estrangeiro. Podem também manter contacto com as suas fontes de conhecimento no país de destino anterior, reforçando as ligações entre os dois países.

No início, a emigração de trabalhadores altamente qualificados pode causar o receio de o país de origem perder as suas “melhores e mais brilhantes” mentes e sofrer uma fuga de cérebros (conhecida como *brain drain*, ver Bhagwati e Hamada, 1974). Este medo é, contudo, contestado por estudos empíricos (ver adiante). Os dados de patentes são uma das fontes privilegiadas da literatura económica para quantificar a produção de conhecimento. Em alguns casos, a emigração de inventores nacionais reduziu de facto a quantidade de inovação produzida no país de origem, ao mesmo tempo que reforçou a sua qualidade, medida pelo número de citações das patentes (Agrawal *et al.*, 2011). As ligações entre as comunidades de investigação parecem de facto manter-se após a emigração de alguns dos seus membros. Para ilustrar esse facto, Breschi, Lissoni e Miguelez (2017) constatam que as patentes depositadas por inventores estrangeiros sediados nos Estados Unidos são desproporcionadamente citadas por inventores residentes no seu país de origem. Os inventores migrantes estão também positivamente associados a uma extensão das colaborações tecnológicas internacionais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Assim, Miguelez (2018) mostra que um aumento de 10% na diáspora inventora no estrangeiro está associado a um aumento de 2% nas colaborações internacionais em matéria de patentes.

Para além das diásporas existentes, o papel do regresso dos emigrantes nas indústrias em desenvolvimento nos países de origem tem recebido atenção recentemente. Bahar *et al.* (2018) mostram que, nas antigas nações jugoslavas, as indústrias exportavam tanto mais na década de 2000 quanto maior era o número de refugiados retornados ex-trabalhadores de indústrias análogas alemãs no início dos anos 90. Em contrapartida, o papel dos retornados no desenvolvimento da indústria indiana da alta tecnologia é discutido: enquanto Saxenian (2006) sublinha o papel da circulação do saber (a *brain circulation* em inglês) para o desenvolvimento do setor, a importância dos migrantes retornados é contestada por outros autores. Por exemplo, Agrawal *et al.* (2011) e Alnuaimi, Opsahl e George (2012) identificam apenas alguns inventores que trabalharam em filiais de empresas estrangeiras que depositaram patentes

aquando do regresso. Usando dados sobre os trabalhadores e as patentes de uma grande empresa tecnológica indiana, Choudhury (2016) argumenta que os empregados sob a alçada de gestores retornados registam significativamente mais patentes nos Estados Unidos. Finalmente, a experiência da migração pode também afetar as práticas comerciais dos retornados. Marchetta (2012) mostra que as atividades empresariais geridas por retornados egípcios apresentam uma probabilidade de sobrevivência substancialmente mais elevada (cerca de 35 pontos percentuais) do que as atividades geridas por empresários não migrantes.

Para além dos efeitos económicos diretos

Tal como acima detalhado, as diásporas podem ter retornos económicos positivos para o país de origem. Uma vez reconhecidos estes efeitos potenciais, é também importante salientar o papel que as diásporas têm no reforço da emigração: de facto, uma literatura abundante discute a importância das redes de imigrantes para facilitar novas emigrações (ver, por exemplo, Beine, Docquier e Rapoport, 2001). Os emigrantes já presentes no país de destino podem facilitar a instalação de novos imigrantes fornecendo informações, ajudando na procura de emprego ou em aspetos práticos, como a habitação (Barsbai *et al.*, 2020). Os emigrantes organizam-se frequentemente em associações que constituem importantes pontos de contacto com o país de origem. Muitas destas associações de emigrantes são ativas em projetos humanitários e de investimento no país de origem. No entanto, a informação ligada às suas atividades é frequentemente descentralizada e, por conseguinte, os seus efeitos globais são difíceis de quantificar.

Além disso, a presença de importantes diásporas pode reforçar as relações diplomáticas entre os países de origem e de destino, promovendo assim interações e apoio bilateral entre países, em particular durante períodos de crise, como na pandemia da covid-19 (IOM, 2020). As delegações de médicos enviados para Portugal em fevereiro de 2021 por diferentes países que acolhem importantes diásporas portuguesas, tais como a França, a Alemanha e o Luxemburgo, entre outros, são apenas um exemplo recente.

Remessas sociais

Além dos efeitos económicos diretos acima descritos, os imigrantes podem afetar o comportamento e as normas sociais das suas comunidades de origem, e assim impactar o seu desenvolvimento a longo prazo.

Um primeiro aspeto que recebeu muita atenção na literatura é a ligação entre a emigração e a educação. As perspetivas de emigração podem aumentar os incentivos à educação na origem e implicar um “efeito de ganho de

cérebros” (conhecido por *brain gain* em inglês). O número de trabalhadores instruídos no país de origem pode neste caso ser maior do que num mundo sem emigração se um número suficiente deles acabar por não deixar o país (ver, por exemplo, Beine, Docquier e Rapoport, 2008, e Delogu, Docquier e Machado, 2018). Além disso, os emigrantes podem transmitir o valor e a importância da educação às suas comunidades de origem e ajudar a financiar escolas. Por exemplo, no início do século XX, os emigrantes galegos fundaram associações locais na América Latina com o objetivo principal de promover a construção de escolas nas suas localidades de origem. Mais de 300 novas escolas foram financiadas por estas associações na Galiza, entre 1910 e 1940 (Fernandez-Sanchez, 2021). Do mesmo modo, as associações de cidades de origem criadas por emigrantes malianos em França aumentaram a oferta de escolas, centros de saúde e, em menor medida, de serviços de água nas suas aldeias de origem, entre 1987 e 2009 (Chauvet *et al.*, 2015).

Há também provas de uma transferência significativa de normas de fertilidade dos países de destino dos migrantes para os países de origem: uma diminuição (ou um aumento) de 1% na norma de fertilidade a que os emigrantes estão expostos reduz (ou aumenta) a fertilidade do seu país de origem em cerca de 0,3% (Beine, Docquier e Schiff, 2013). Estudando o caso dos casais egípcios casados, Bertoli e Marchetta (2015) descobrem que os casais em que os maridos foram emigrantes noutra país árabe têm um número significativamente mais elevado de crianças do que os casais em que os maridos não foram migrantes.

Outras normas sociais, como a confiança, as prioridades na vida ou os valores transmitidos às crianças, também parecem ser transmitidos das diásporas aos países de origem (Rapoport, Sardoschau e Silve, 2020). Uma descoberta particularmente relevante no atual contexto pandémico é o papel das diásporas na partilha com as suas comunidades de origem de normas sanitárias protetoras. Por exemplo, Tian, Caballero e Kovak (2020) mostram que os migrantes mexicanos nos Estados Unidos transmitiram normas de distanciamento social às suas comunidades de origem no México durante a pandemia da covid-19.

Normas políticas e de governação

Os emigrantes podem influenciar a governação política dos seus países de origem. A migração para países democráticos pode melhorar as instituições políticas no país de origem, quer através do contacto direto entre os emigrantes e as suas comunidades (Batista, Seither e Vicente, 2019), quer através da transferência de novas ideias e normas políticas, da migração de regresso ou circular, e das remessas (Docquier *et al.*, 2016). Pérez-Armendáriz e Crow (2010) mostram que, no México, as famílias com um emigrante nos Estados Unidos ou no Canadá são mais propensas a votar. Barsbai *et al.* (2017) destacam que a emigração

da Moldávia para a Europa Ocidental no final dos anos 90 e início dos anos 2000 aumentou a percentagem de votos para os partidos democráticos e reduziu a do Partido Comunista nas eleições nacionais moldavas de 2009 e 2010. Por outro lado, os autores não encontraram tal efeito nas comunidades com emigração para a Rússia e outros destinos da Europa de Leste.

A migração internacional pode ter um efeito positivo e significativo na emancipação política das mulheres nos países de origem, medido pela percentagem de mulheres eleitas nos parlamentos nacionais (Lodigiani e Salomone, 2020). Os emigrantes podem promover melhores instituições no país de origem, particularmente se viverem em países com melhor governação (Batista e Vicente, 2011). Utilizando o caso dos Balcãs Ocidentais, Ivlevs e King (2017) mostram que ter familiares no estrangeiro reduz a probabilidade de subornar funcionários públicos. As famílias com familiares no estrangeiro também consideram menos aceitável o comportamento de suborno por parte dos funcionários públicos. Finalmente, as diásporas podem ter um impacto nos conflitos e guerras no país de origem, quer promovendo a paz ou reforçando tensões (ver Mariani, Mercier e Verdier, 2018, e a literatura aí discutida).

Conclusão

Este capítulo propõe uma visão geral dos efeitos potenciais que os emigrantes podem ter no seu país de origem. O seu foco está nos efeitos económicos discutidos na literatura económica, que incluem as remessas, o comércio, o investimento direto estrangeiro e as transferências de conhecimento. Também discute brevemente o papel das diásporas na transferência de normas sociais para o seu país de origem.

A literatura tem destacado os diversos efeitos das diásporas nos países de origem. No entanto, compreender o impacto da diáspora portuguesa no país requer certamente mais investigação. Em economia, esta investigação está condicionada pelo acesso aos dados que, apesar dos recentes avanços, continua a ser uma limitação importante na pesquisa relacionada com a migração em geral e a emigração em particular. Novas fontes de dados sobre os emigrantes devem ser criadas e tornadas acessíveis aos investigadores, assegurando simultaneamente os mais elevados padrões possíveis em matéria de proteção de dados. Um exemplo concreto seria disponibilizar o acesso aos registos anonimizados da população da rede de consulados portugueses. Dada a riqueza de informação demográfica que contém (como, por exemplo, o distrito de nascimento), estes dados poderiam permitir um estudo mais detalhado dos efeitos das diásporas nas suas localidades de origem em Portugal.

Os países com elevada emigração conceberam e implementaram diferentes políticas para alcançar os potenciais benefícios das diásporas. No caso

de Portugal, estas medidas incluem uma rede extensa de consulados, uma representação política dos emigrantes no parlamento português por quatro deputados, plataformas para apoiar as associações portuguesas no estrangeiro e para facilitar o investimento em Portugal, apoio ao regresso dos emigrantes, etc.. Os decisores políticos poderiam beneficiar de avaliações políticas mais sistemáticas e rigorosas destes diferentes programas, a fim de verificar o alcance das políticas, e se a afetação de recursos entre as diferentes iniciativas pode ser melhorada. A diáspora portuguesa, através da sua dimensão e diversidade em termos de destinos, é amplamente reconhecida como uma mais-valia pelo público em geral e pelas autoridades políticas. A investigação, se beneficiar de mais apoio e reconhecimento, pode ajudar a informar as autoridades sobre quais as políticas a implementar para tirar o maior partido desta diáspora.

Apêndice: como os economistas estudam o impacto da emigração

Os economistas preocupam-se frequentemente com a identificação de efeitos causais, com o objetivo de poder isolar o impacto de um fator X num fator Y. Várias dificuldades importantes são recorrentes nesse tipo de análise empírica. Uma primeira dificuldade relaciona-se com fatores não observados que influenciam tanto a diáspora como o aspeto para o qual estamos interessados em medir o impacto da diáspora, como por exemplo o comércio. Se estes fatores não observados estiverem correlacionados com a diáspora, podemos imputar um efeito à diáspora que pode em parte ser devido ao fator não observado. Por exemplo, se o investigador omitir tomar em conta os laços coloniais, parte do efeito destes laços é erradamente captado pelas diásporas, porque estas tendem a ser mais elevadas em países que partilham laços coloniais passados. Outra dificuldade importante relaciona-se com a causalidade inversa: por exemplo, como podemos estar certos de que as diásporas fomentam o comércio em vez de serem as áreas com relações comerciais mais fortes com o país de origem que atraem os indivíduos devido ao seu melhor conhecimento dessas áreas ou às suas melhores condições económicas? Abordar estas preocupações não é uma tarefa fácil. Uma abordagem frequentemente vista como padrão de ouro em economia é confiar em cenários quase-experimentais, que se baseiam em circunstâncias ou choques exógenos (o que significa circunstâncias independentes da decisão do migrante) para enfrentar a questão da causalidade inversa. Estes cenários quase-experimentais são, no entanto, raros de encontrar. Num estudo recente, Parsons e Vézina (2018) utilizam o caso dos refugiados vietnamitas nos Estados Unidos para estudar o impacto das redes migratórias nas relações comerciais. Estes autores exploram o facto de 130.000 refugiados vietnamitas terem sido instalados quase arbitrariamente nos Estados Unidos em 1975, ou seja, os refugiados não puderam escolher a sua localização. Após

os Estados Unidos terem levantado um embargo ao comércio com o Vietname, em 1994, os estados que acolheram mais refugiados desenvolveram mais comércio com aquele país, sugerindo que, de facto, diásporas maiores são benéficas para as relações comerciais.

Referências bibliográficas

- Agrawal, A., D. Kapur, J. McHale, e A. Oettl (2011), "Brain drain or brain bank? The impact of skilled emigration on poor-country innovation", *Journal of Urban Economics*, 69 (1), pp. 43-55.
- Alnuaimi, T., T. Opsahl, e G. George (2012), "Innovating in the periphery: the impact of local and foreign inventor mobility on the value of Indian patents", *Research Policy*, 41 (9), pp. 1534-1543.
- Aleksynska M., e G. Peri (2014), "Isolating the Network Effect of Immigrants on Trade", *The World Economy*, 37 (3), pp. 434-455.
- Bahar, D. (2020), "Diasporas and economic development: a review of the evidence and policy", *Comparative Economic Studies*, 62, pp. 200-214.
- Bahar, D., A. Hauptmann, C. Özgüzel, e H. Rapoport (2018), "Let their knowledge flow: the effect of returning refugees on export performance in the former Yugoslavia", *CESifo Working Paper Series*, 7371, CESifo.
- Bahar, D., e H. Rapoport (2018), "Migration, knowledge diffusion and the comparative advantage of nations", *Economic Journal*, 128 (612), pp. 273-305.
- Barsbai, T., H. Rapoport, A. Steinmayr, e C. Trebesch (2017), "The effect of labor migration on the diffusion of democracy: evidence from a former Soviet Republic", *American Economic Journal: Applied Economics*, 9 (3), pp. 36-69.
- Barsbai, T., V. Licuanan, A. Steinmayr, E. Tiongson, e D. Yang (2020), "Information and the acquisition of social network connections", *NBER Working Papers*, 27346, National Bureau of Economic Research.
- Batista, C., e P. C. Vicente (2011), "Do migrants improve governance at home? Evidence from a voting experiment", *The World Bank Economic Review*, 25 (1), pp. 77-104.
- Batista, C., J. Seither, e P. C. Vicente (2019), "Do migrant social networks shape political attitudes and behavior at home?", *World Development*, 117 (C), pp. 328-343.
- Beine, M., F. Docquier, e H. Rapoport (2001), "Brain drain and economic growth: theory and evidence", *Journal of Development Economics*, 64 (1), pp. 275-289.
- Beine, M., F. Docquier, e H. Rapoport (2008), "Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers", *Economic Journal*, 118 (528), pp. 631-652.
- Beine, M., F. Docquier, e M. Schiff (2013), "International migration, transfer of norms and home country fertility", *Canadian Journal of Economics*, 46 (4), pp. 1406-1430.

- Bertoli, S., e F. Marchetta (2015), "Bringing it all back home: return migration and fertility choices", *World Development*, 65 (C), pp. 27-40.
- Bhagwati, J., e K. Hamada (1974), "The brain drain, international integration of markets for professionals and unemployment: a theoretical analysis", *Journal of Development Economics*, 1 (1), pp. 19-42.
- Burchardi, K. B., T. T. Chaney, e T. A. Hassan (2019), "Migrants, ancestors, and foreign investments", *Review of Economic Studies*, 86 (4), pp. 1448-1486.
- Breschi, S., F. Lissoni, e E. Miguelez (2017), "Foreign-origin inventors in the USA: testing for diaspora and brain gain effects", *Journal of Economic Geography*, 17 (5), pp. 1009-1038.
- Chauvet, L., F. Gubert, M. Mercier, e S. Mesplé-Somps (2015), "Migrants' home town associations and local development in Mali", *Scandinavian Journal of Economics*, 117 (2), pp. 686-722.
- Chellaraj, G. (2019), "The economics of international student and scholar mobility: directions for research", *Policy Research Working Paper Series*, 8848, The World Bank.
- Choudhury, P. (2016), "Return migration and geography of innovation in MNEs: a natural experiment of knowledge production by local workers reporting to return migrants", *Journal of Economic Geography*, 16 (3), pp. 585-610.
- Delogu, M., F. Docquier, e J. Machado (2018), "Globalizing labor and the world economy: the role of human capital", *Journal of Economic Growth*, 23 (2), pp. 223-258.
- Docquier, F., E. Lodigiani, H. Rapoport, e M. Schiff (2016), "Emigration and democracy", *Journal of Development Economics*, 120, pp. 209-223.
- Dustmann, C., e O. Kirchkamp (2002), "The optimal migration duration and activity choice after re-migration", *Journal of Development Economics*, 67 (2), pp. 351-372.
- Edo, A., L. Ragot, H. Rapoport, S. Sardoschau, e A. Steinmayr (2018), "The effects of immigration in developed countries: insights from recent economic research", *CEPII Policy Brief*, 2018-22, CEPII research center.
- Fernandez-Sanchez, M. (2021), *Mass Emigration and Human Capital over a Century. Evidence from the Galician Diaspora*, manuscrito policopiado.
- Foley, C. F., e W. R. Kerr (2013), "Ethnic innovation and U.S. multinational firm activity", *Management Science*, 59 (7), pp. 1529-1544.
- Freund, C., e N. Spatafora (2008), "Remittances, transaction costs, and informality", *Journal of Development Economics*, 86 (2), pp. 356-366.
- Gibson, J., D. McKenzie, H. Rohorua, e S. Stillman (2018), "The long-term impacts of international migration: evidence from a lottery", *World Bank Economic Review*, 32 (1), pp. 127-147.
- Gibson, J., D. McKenzie, H. Rohorua, e S. Stillman (2019), "The long-term impact of international migration on economic decision-making: evidence from a migration lottery and lab-in-the-field experiments", *Journal of Development Economics*, 142, pp. 99-115.

- Gould, D. M. (1994), "Immigrant links to the home country: empirical implications for U.S. bilateral trade flows", *The Review of Economics and Statistics*, 76 (2), pp. 302-316.
- Head, K., e J. Ries (1998), "Immigration and trade creation: econometric evidence from Canada", *Canadian Journal of Economics*, 31 (1), pp. 47-62.
- IOM, International Organization for Migration (2020), "Global Diasporas Reacting to the Covid-19 Crisis. Best Practices from the Field", Genebra, International Organization for Migration.
- Ivlevs, A., e R. M. King (2017), "Does emigration reduce corruption?", *Public Choice*, 171 (3), pp. 389-408.
- Kerr, W. R. (2008), "Ethnic scientific communities and international technology diffusion", *The Review of Economics and Statistics*, 90 (3), pp. 518-537.
- Kugler, M., O. Levintal, e H. Rapoport (2018), "Migration and cross-border financial flows", *World Bank Economic Review*, 32 (1), pp. 148-162.
- Lodigiani, E., e S. Salomone (2020), "Migration-induced transfers of norms: the case of female political empowerment", *JODE: Journal of Demographic Economics*, 86 (4), pp. 435-477.
- Lücke, M., e T. Stöhr (2018), "Heterogeneous immigrants, exports and foreign direct investment: the role of language skills", *The World Economy*, 41 (6), pp. 1529-1548.
- Marchetta, F. (2012), "Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt", *World Development*, Elsevier, 40 (10), pp. 1999-2013.
- Mariani, F., M. Mercier, e T. Verdier (2018), "Diasporas and conflict", *Journal of Economic Geography*, 18 (4), pp. 761-793.
- Mayda, A., C. Parsons, H. Pham, e P. Vezina (2019), "Refugees and foreign direct investment: quasi-experimental evidence from US Resettlements", *CEPR Discussion Paper*, 14242.
- Meyer, J.-B., e M. Brown-Luthango (1999), "Scientific diasporas: a new approach to the brain drain", *Management of Social Transformations (MOST) Program, Discussion Paper Series*, N.º 41.
- Migueluez, E. (2018), "Inventor diasporas and the internationalization of technology", *World Bank Economic Review*, World Bank Group, 32 (1), pp. 41-63.
- Morales, N. (2019), "High-skill migration, multinational companies, and the location of economic activity", *Working Paper*, 19-20, Federal Reserve Bank of Richmond.
- Parsons, C., e P. Vézina (2018), "Migrant networks and trade: the Vietnamese boat people as a natural experiment", *Economic Journal*, 128 (612), pp. 210-234.
- Pérez-Armendáriz, C., e D. Crow (2010), "Do migrants remit democracy? International migration, political beliefs, and behavior in Mexico", *Comparative Political Studies*, 43 (1), pp. 119-148.
- Rapoport, H. (2019), "Diaspora externalities", *IZA Journal of Development and Migration*, 10 (2), pp. 43-55.
- Rapoport, H., e F. Docquier (2006), "The economics of migrants' remittances", em S. Kolm e Jean Mercier Ythier (orgs.), *Handbook of the Economics of Giving*,

- Altruism and Reciprocity*, Amesterdão, Elsevier, 1.^a edição, volume 1, pp. 1135-1198.
- Rapoport, H., S. Sardoschau, e A. Silve (2020), "Migration and cultural change", *CESifo Working Paper Series*, 8547, CESifo.
- Rauch, J. E. (1999), "Networks versus markets in international trade", *Journal of International Economics*, 48 (1), pp. 7-35.
- Rauch, J. E., e A. Casella (2003), "Overcoming informational barriers to international resource allocation: prices and ties", *Economic Journal*, 113 (484), pp. 21-42.
- Rauch, J. E., e V. Trindade (2002), "Ethnic Chinese networks in international trade", *The Review of Economics and Statistics*, 84 (1), pp. 116-130.
- Saxenian, A., (2006), *The New Argonauts: Regional Advantage in a Global Economy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Steingress, W. (2018), "The causal impact of migration on US trade: evidence from political refugees", *Canadian Journal of Economics*, 51 (4), pp. 1312-1338.
- Tian, Y., M. E. Caballero, e B. K. Kovak (2020), "Social learning along international migrant networks", *NBER Working Papers*, 27679, National Bureau of Economic Research.

Capítulo 2

Indicadores sobre o contributo económico potencial da emigração

Inês Vidigal

(Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)

O debate em torno do número de emigrantes portugueses no mundo parece estar sanado. Uma série de fontes estatísticas oferecem-nos, hoje, informações mais ou menos aproximadas sobre o número a que nos podemos referir. Contudo, o mesmo não acontece quando queremos contabilizar a diáspora portuguesa. Não há qualquer fonte estatística oficial que arrisque estimar, sequer, um número para quantificar esta população, talvez porque o próprio conceito de diáspora está em constante evolução e tem diferentes significados para diferentes atores (políticos, académicos, ou próprias comunidades).

Diversas são as tentativas de definir diáspora. Entre elas encontram-se a de Cohen (1997), que define diáspora combinando o ponto de vista territorial com uma categorização, dividindo-a em distintos tipos: diásporas laborais, de que são exemplo os indianos no estrangeiro, diásporas provenientes dos antigos impérios, por exemplo, a britânica, diásporas mercantis ou económicas, como a chinesa e libanesa, e a diáspora cultural, de que o grande exemplo é o caso das Caraíbas. Nicholas van Hear (1998) sugere três critérios mínimos para a definição de diáspora: a presença no estrangeiro é duradoura, embora o exílio não seja necessariamente permanente podendo incluir movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento; a persistência da presença no estrangeiro, embora o exílio não seja necessariamente permanente, uma vez que os movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento podem desenvolver-se; e algum tipo de intercâmbio — social, económico, político ou cultural — entre as populações espacialmente separadas que compõem a diáspora. Brubaker (2005) sugere uma abordagem diferente, em que a diáspora é tratada como uma língua, uma posição e uma reivindicação e não como uma entidade limitada:

As idiom, stance, and claim, diaspora is a way of formulating the identities and loyalties of a population. Those who do the formulating may themselves be part

of the population in question; or they may be speaking in the name of the putative homeland state. In either case, though, not all those who are claimed as members of putative diasporas themselves adopt a diasporic stance.

Já Gamlen (Vidigal, 2021) defende que, em última instância, aqueles que são membros de uma diáspora ou que se consideram membros de uma devem ter uma palavra a dizer sobre a definição da mesma.

Perante definições tão distintas e um conceito em permanente evolução, torna-se difícil medir possíveis contributos económicos potenciais destas comunidades. Assim, e dada a fraca informação estatística disponível, este capítulo centra-se apenas na tentativa de perceber o papel que a emigração portuguesa poderá ter na economia do país de origem, analisando, para tal, a evolução de quatro indicadores: remessas dos emigrantes, empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, depósitos de emigrantes em bancos portugueses e a taxa de depósitos de emigrantes.

Breve caracterização da emigração portuguesa recente

Segundo as últimas estimativas das Nações Unidas, em 2019 havia 2,631,559 emigrantes nascidos em Portugal, o que representava um aumento de 7% em relação a 2015. Desde 1990 que a maioria dos emigrantes portugueses residem no continente europeu, seguindo-se o continente americano, o africano, o asiático e, por fim, a Oceânia. Em 2019, esta distribuição mantém-se, com 57% dos emigrantes a viverem na Europa e 40% no continente americano.

Quanto à distribuição por sexo, ainda segundo as estimativas das Nações Unidas, de 1990 a 2010 o *stock* de emigrantes foi maioritariamente masculino, sempre superior a 51% do total. Porém, nos últimos dois anos com dados disponíveis, 2015 e 2019, verifica-se uma alteração neste padrão: 50.8% dos emigrantes portugueses são do sexo feminino.

De acordo com a análise realizada por Pires *et al.* (2015) dos dados disponíveis para o conjunto dos países da OCDE, relativos aos censos de 2000/01 e 2010/11, verificava-se que a população emigrada continuava a ser predominantemente constituída por indivíduos em idade ativa, existindo, no entanto, uma tendência para o envelhecimento da população portuguesa emigrada, sobretudo em países do continente americano. Este envelhecimento justificava-se essencialmente por o crescimento da emigração ser insuficiente para compensar a redução verificada entre 1974 e finais do século XX.

Centrando-nos nas qualificações da população portuguesa emigrada, esta continuava a ser maioritariamente composta por ativos pouco qualificados. A par do predomínio de uma população ativa com baixas e muito baixas

qualificações, observava-se também um crescimento significativo da proporção dos mais qualificados: a percentagem de portugueses emigrados com formação superior a residir nos países da OCDE passou, entre 2001 e 2011, de 6% para 11%, o que acompanhou o aumento do número de população portuguesa a residir no país com formação superior. Existem, no entanto, diferenças significativas entre as populações de portugueses emigrados nos diferentes países de destino, sobretudo entre destinos de nova e velha emigração. Em países como o Reino Unido e a Noruega, considerados de nova emigração, residiam, em 2010/11, 38% e 40%, respetivamente, de emigrantes portugueses com o ensino superior. Já em países considerados de velha emigração, como França e Canadá, mais de metade dos emigrantes portugueses residentes tinham muito baixas qualificações: em 2010, 70% em França e 53% no Canadá, tinham, no máximo, o ensino básico.

No que se refere às profissões, em 2010/11, no conjunto dos países da OCDE eram sobretudo nas menos qualificadas que os emigrantes portugueses mais estavam representados. O grupo “operários, artífices e trabalhadores similares” representava 25% da população emigrada, ao qual se seguia, com 24%, os “trabalhadores não qualificados” e 14% trabalhavam nos setores dos serviços e vendas. Apenas 5% ocupavam cargos de chefia e direção e outros 5% eram especialistas das atividades intelectuais e científicas.

Em termos de fluxos, segundo os dados do Observatório da Emigração, em 2019 a emigração portuguesa dava indícios de tender a estabilizar, depois de ter decrescido cinco anos consecutivos, na sequência da superação da crise de 2010-13. A evolução do fluxo da emigração portuguesa nos anos 2000 explica-se sobretudo pelas mudanças na situação económica de Portugal (Pires *et al.*, 2020). Ao longo deste século facilmente se correlaciona a evolução da emigração portuguesa com os aumentos da taxa de desemprego e, conseqüentemente, com a diminuição da taxa de emprego. Verifica-se assim, que a descida observada depois do pico de emigração em 2013 esteve correlacionada com a retoma da economia portuguesa, sobretudo no plano da criação de emprego, mas também com a redução da atração de países de destino como o Reino Unido, devido ao efeito Brexit, e Angola, devido à crise económica desencadeada com a desvalorização dos preços do petróleo (Pires *et al.*, 2020).

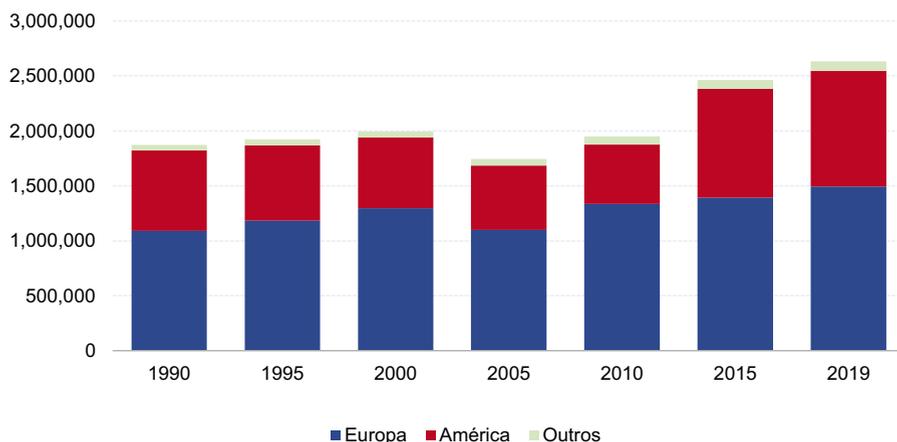


Gráfico 2.1 Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).

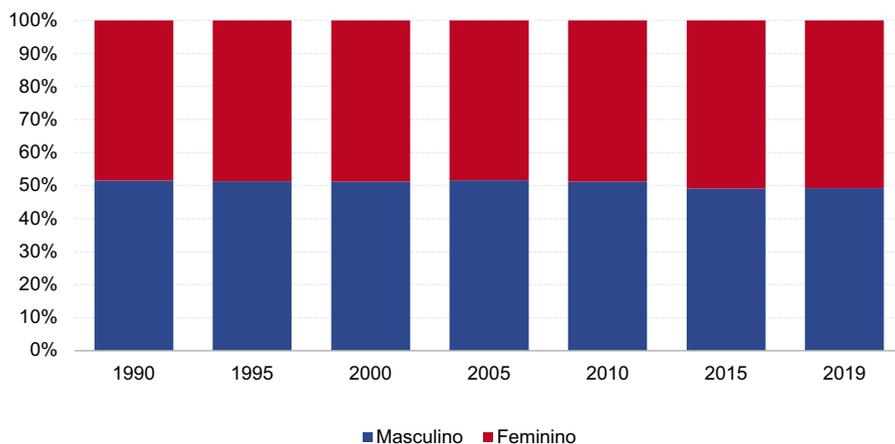


Gráfico 2.2 Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por sexo, 1990-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).

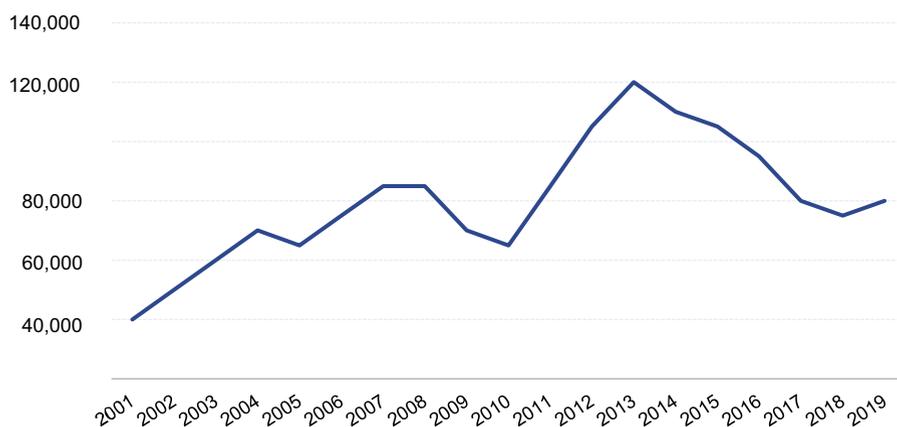


Gráfico 2.3 Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

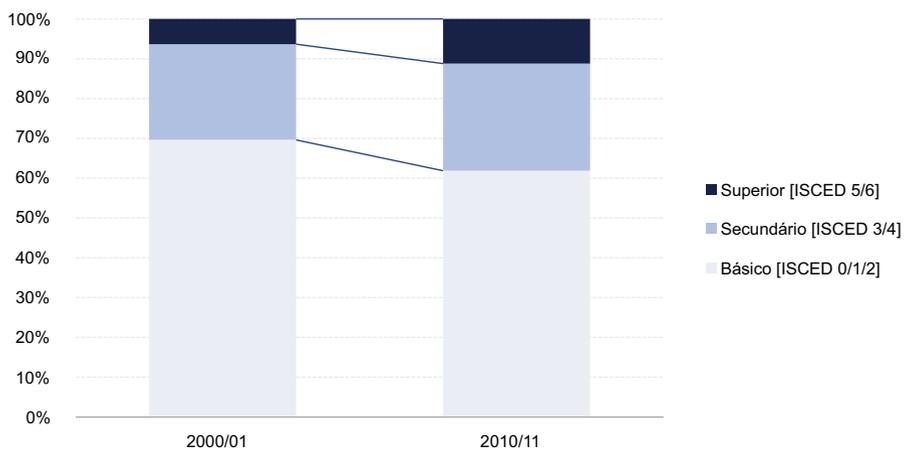


Gráfico 2.4 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por grau de instrução, 2000/01 e 2010/11

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores da OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC-2000/01 e DIOC-2010/11 (Rev 3).

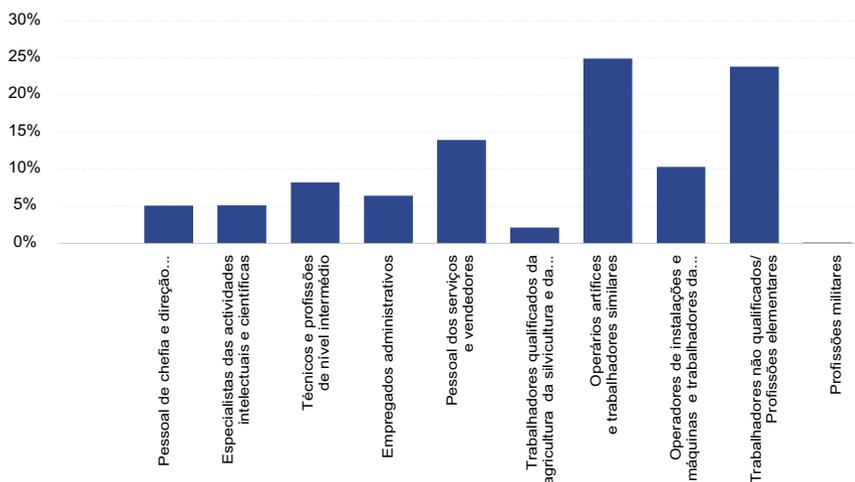


Gráfico 2.5 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por profissões, 2010/11

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

O contributo económico potencial da emigração: indicadores estatísticos

Remessas dos emigrantes

O valor das remessas recebidas em Portugal em 2020 foi superior a três mil milhões de euros (3,612,860,000), o que correspondeu a cerca de 1.8% do PIB daquele ano. Este valor representa um decréscimo de -1.4% em relação ao ano anterior, depois de dez anos consecutivos de crescimento das remessas.¹ Apesar do decréscimo, este é o terceiro valor mais alto da série em análise (1996-2020) — só se registaram valores superiores em 2001 e 2019, com 3,736,820,000 e 3,662,130,000, respetivamente — e é um decréscimo bastante inferior ao registado a nível mundial: -7.4%, segundo dados estimados pelo Banco Mundial.

Podemos identificar quatro fases na evolução das remessas portuguesas. Na primeira, entre 1996 e a entrada em vigor do euro, em 2002, observou-se um crescimento constante e acentuado do valor das remessas: mais

¹ Este subponto é adaptado da publicação Vidigal, Inês (2021), “Remessas 2020”, *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021.

37% naqueles seis anos, em termos nominais. Na segunda, de 2002 a 2004, o valor das remessas desceu, continuando uma tendência que vinha detrás, mas que poderá ter sido ampliada por alteração dos critérios de registo das transferências financeiras no interior da nova zona euro. Na terceira, entre 2004 e 2011, o valor das remessas mantém-se estável, num patamar ligeiramente ondulado. Na quarta, que se iniciou em 2012, e se prolonga até 2019, regista-se uma subida anual de forma progressiva: mais 33% neste período. Ainda é cedo para avaliar se 2020 se traduzirá no começo de uma nova fase ou se é um ano de exceção. Tudo dependerá da evolução da pandemia de Covid-19.

Quando medidas em percentagem do PIB, as remessas têm um peso económico sempre decrescente desde 1996. Contudo, em 2006 e 2007, esse peso subiu ligeiramente, tal como nos últimos anos, a partir de 2012, para valores já próximos dos 2% do PIB. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início do século (perto de 3% do PIB), e a uma distância ainda maior do pico da série pós-25 de Abril: quase 10% do PIB em 1979.

O peso económico das remessas aumenta quando medido em percentagem das exportações. Porém, também se regista um decréscimo dos valores entre 1996 e 2018. Verifica-se que, se em 2002, já na era do euro, as remessas correspondiam a cerca de 7% das exportações, essa percentagem foi decrescendo até estabilizar, a partir de 2005, entre os 4% e os 5%. Depois de, em 2019, o peso económico das remessas em percentagem do PIB e das exportações ter decrescido, verifica-se, em 2020, um crescimento. Esta inversão explica-se, essencialmente, por as remessas terem registado um decréscimo inferior aos do PIB e ao das exportações, em consequência da crise económica associada à pandemia.

Comparando os saldos dos valores recebidos por Portugal através das remessas e das transferências da União Europeia, isto é, a diferença entre o que Portugal recebe e envia, entre 1996 e 2001, verifica-se que o valor das remessas é superior ao das transferências vindas da UE, bem como entre 2015 e 2020. Já entre 2002 e 2014 regista-se o oposto: o valor do saldo das transferências é superior ao das remessas. Em consequência, a importância económica dos saldos das remessas e das transferências da UE em percentagem do PIB variam no mesmo sentido. É em 2001 que se observa o maior valor de remessas da série em análise. No entanto, em 2012, o valor do saldo das transferências da União é o mais elevado em termos absolutos (3,892,440,000). Enquanto se observou, desde 2012, um aumento progressivo do valor das remessas em Portugal, relativamente às transferências das UE verificou-se o contrário, havendo um decréscimo continuado até 2018, tendo em 2016 o valor destas ficado, pela primeira vez, abaixo de dois milhões. Em 2019 e 2020, o valor das transferências voltou a aumentar, enquanto em 2020 se verificou um decréscimo no saldo das remessas. Em 2020, o valor das remessas em relação ao das transferências foi superior em mais de 17%, sendo que, em termos

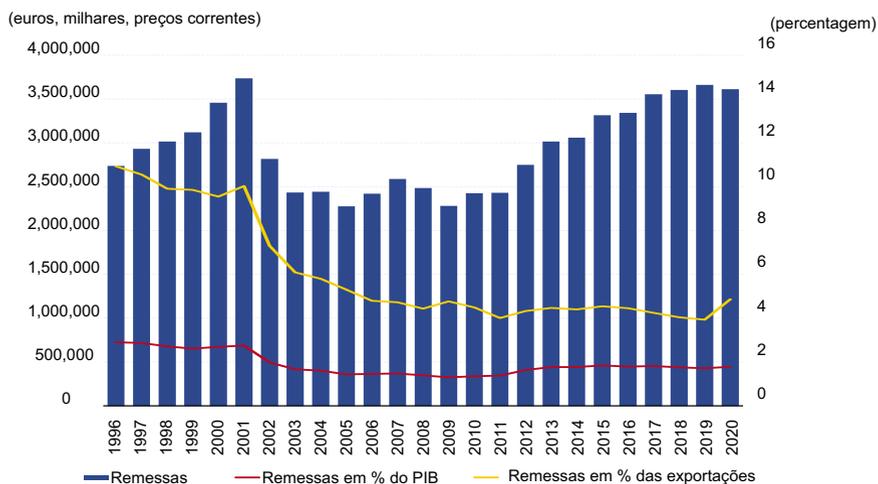


Gráfico 2.6 Comparação entre a evolução das remessas recebidas em Portugal e a evolução do PIB e das exportações, 1996-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal (remessas) e do Instituto Nacional de Estatística (PIB e exportações).

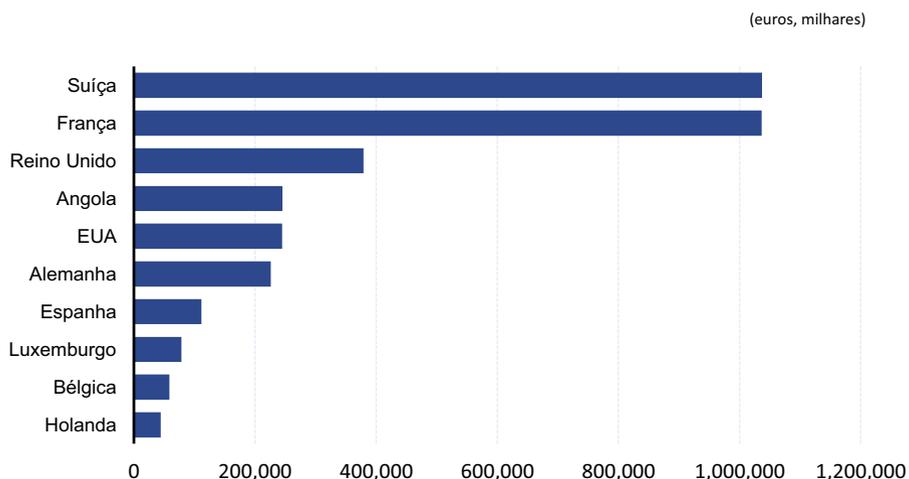


Gráfico 2.7 Remessas recebidas em Portugal, principais países de origem das transferências, 2020

Nota: As remessas oriundas destes dez países representam 96% do valor total das remessas recebidas em Portugal.

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal

de percentagem do PIB, as remessas continuavam a valer mais, embora a margem fosse menor (1.5% e 1.3%, respetivamente). Porém, estamos ainda longe dos valores observados no início do século, quando tanto as remessas como as transferências representavam cerca de 3% do PIB.

Os dois países onde residem mais portugueses, Suíça e França, foram também os países de origem de mais de metade das remessas recebidas em Portugal em 2020, enviando cada um mais de 28% do total. Contudo, pela primeira vez desde a série em análise (2001-2020), a Suíça ultrapassou a França, tornando-se, em termos nominais, a principal origem das remessas dos emigrantes portugueses (1,037,020, em relação a 1,036,570 registadas para França). O terceiro país foi o Reino Unido, de onde provieram 11% das remessas recebidas, indicador que vem reforçar o reconhecimento da importância que este país adquiriu como principal destino da emigração portuguesa no período pós-crise económica.

Empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses

O valor dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses em 2020 atingiu quase os 24 mil milhões de euros (23,913,700,000), o que correspondeu a cerca de 1.7% do valor total de empréstimos concedidos por bancos portugueses naquele ano. Este foi também o primeiro ano em que não se registou um decréscimo, depois de três anos consecutivos de descida.

É possível distinguir quatro fases na evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses. Entre 1980 e 1987, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos empréstimos: +87.3% em 1981, maior crescimento anual da série. De 1988 a 1995, registou-se uma tendência decrescente no valor dos empréstimos concedidos aos emigrantes. No entanto, este decréscimo não foi acompanhado pelo total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses, que continuou a crescer. Entre 1996 e 2011, ano em que se atinge o pico da série (26,409,400,000), verifica-se um crescimento sustentado, apenas se registando um decréscimo de 5% em 2003. A partir de 2012, e até 2019, a tendência inverte-se e observa-se um novo período de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, registando-se apenas uma exceção em 2016, quando se verificou um aumento de 1%. Nesta última fase, de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes, regista-se também uma diminuição no total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses entre 2012 e 2017, sendo este o único período de decréscimo do total de empréstimos em toda a série. Ainda de destacar que durante este período, entre 2013 e 2017, a descida é mais acentuada no total dos empréstimos do que no concedido a emigrantes. Sendo 2020 um ano de exceção, por motivos já identificados, e não se tendo registado nem um aumento nem um decréscimo dos empréstimos concedidos em relação a 2019, teremos que aguardar para ver

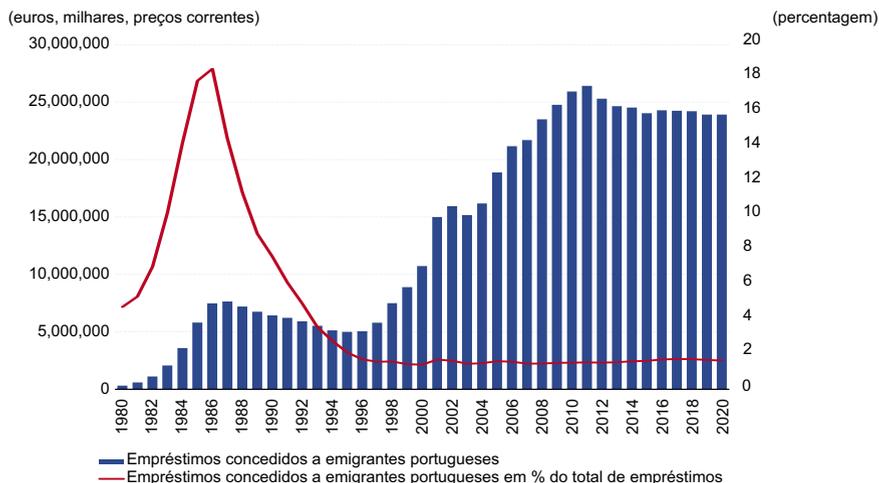


Gráfico 2.5 Evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses, 1980-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

se a tendência de decréscimo se manterá ou se irá ser iniciada uma nova fase.

Quando medidos em percentagem do total de empréstimos concedidos por bancos portugueses, o peso dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses tem vindo a diminuir. Contudo, parece existir desde 1996 uma tendência para a estabilização, com os empréstimos concedidos a emigrantes a oscilar entre os 1,4% e os 1,8%. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 8%), e a uma distância ainda maior do pico: quase 19% do PIB em 1986.

Depósitos de emigrantes em bancos portugueses

Em 2020, o valor dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses foi superior a 72 mil milhões de euros (72,111,200,000), o que correspondeu a cerca de 3,8% do valor total dos depósitos em bancos portugueses naquele ano. Este é o quarto ano consecutivo em que se registou uma diminuição no valor depositado pelos emigrantes.

É possível distinguir três fases na evolução dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses. Entre 1980 e 1997, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos depósitos e o valor anual mais elevado da série em análise (171,744,100,000 em 1997). Entre 1981 e 1985, o ritmo a que a taxa de variação anual dos depósitos dos emigrantes cresce é superior à do valor total dos depósitos, o que indica um aumento mais acentuado dos depósitos dos

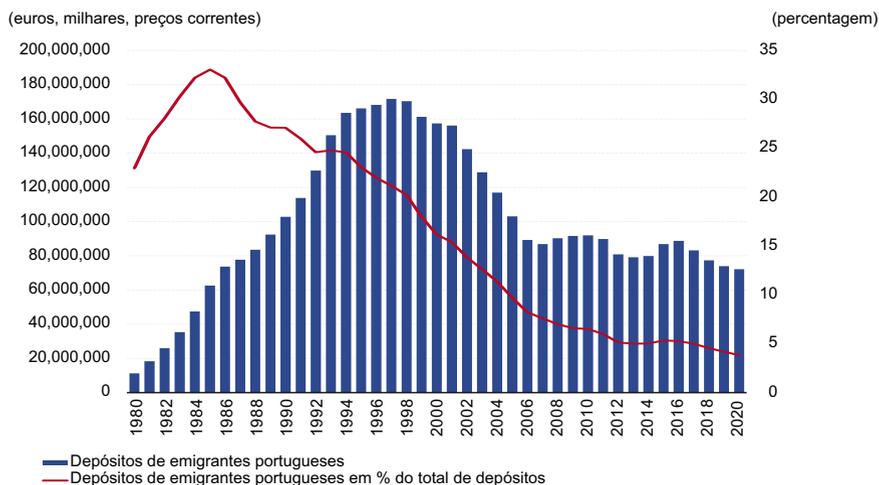


Gráfico 2.9 Evolução dos depósitos de emigrantes portugueses, 1980-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

emigrantes em bancos portugueses neste período. De 1998 a 2007, regista-se uma tendência decrescente no valor dos depósitos, que se acentua entre 2002 e 2006. De salientar que o decréscimo verificado no depósito dos emigrantes não é acompanhado pelo total de depósitos, que aumenta, embora a um ritmo mais baixo (com exceção de 2003, em que decresce 1%). Por último, entre 2008 e 2020, entra-se num patamar ligeiramente ondulado, marcado por períodos de crescimentos e decréscimos pouco acentuados, a cada três anos. Esta flutuação no depósito dos emigrantes, mais uma vez, não é acompanhada pelos depósitos totais, que apenas registam uma variação negativa em 2017 (-0,6%).

Quando medidos em percentagem do total de depósitos em bancos portugueses, o peso dos depósitos dos emigrantes portugueses tem vindo a diminuir progressivamente desde 1985. Contudo, parece existir uma desaceleração do decréscimo desde 2012, com os depósitos dos emigrantes a oscilar entre os 5,3% e os 3,8%. De destacar que, em 2020, com os depósitos dos emigrantes portugueses em bancos portugueses a alcançarem os 3,8%, se atinge o valor mais baixo de toda a série, encontrando-se muito longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 27%), e a uma distância ainda maior do pico: mais de 33% do PIB em 1985.

Taxa de depósitos de emigrantes

O indicador “taxa de depósitos de emigrantes” difere do indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses” por alguns motivos, mas é de

salientar que o que está a ser contabilizado nesta taxa é o peso do valor dos depósitos dos emigrantes em relação ao valor total dos depósitos realizados em Portugal. Ainda de salvaguardar que o Instituto Nacional de Estatística (responsável por este indicador), ao contrário do Banco de Portugal (responsável pelo indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses”), contabiliza, além dos depósitos realizados nos bancos portugueses, também os realizados em caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Em relação ao valor para Portugal, verifica-se um decréscimo da taxa de depósitos de emigrantes entre 2000 e 2019, havendo apenas dois anos em que se registam aumentos: 2009 e 2015. O valor mais alto registado corresponde ao inicial da série (8.74% em 2000), enquanto o valor mais baixo corresponde ao último ano disponível (2.67% em 2019), sendo que a variação entre estes dois anos é de -69%.

Fazendo uma análise por NUTS II, verifica-se que os depósitos dos emigrantes têm maior relevância em determinadas regiões do País. A Região Autónoma da Madeira é, ao longo de toda a série, a região em que os depósitos dos emigrantes têm um peso superior, embora este peso tenha também vindo a diminuir, passando de 27.97% em 2000 para 6.38% em 2019. A Região Autónoma dos Açores é, até 2010, a segunda região em que taxa de depósitos tinha maior relevância. A partir de 2011 a região Centro e a região Norte passam a ocupar a segunda e terceira posição, relegando os Açores para o quarto lugar.

No espectro oposto e durante o período analisado, a Área Metropolitana de Lisboa é aquela em que os depósitos dos emigrantes têm um menor peso no total de depósitos, constatando-se que o seu peso também tem vindo a baixar, passando de 1.68%, em 2000, para 0.94%, em 2019. Seguem-se o Alentejo e o Algarve como regiões em que o peso dos depósitos dos emigrantes é muito baixo em relação ao total dos depósitos realizados.

Afunilando a análise ao nível do município, verifica-se que ao longo de toda a série (2000 a 2019) a maioria dos municípios com as taxas mais baixas de depósitos de emigrantes se situam no Alentejo. Monforte, Sousel, Alandroal, Arronches, Marvão, Redondo e Fronteira são os municípios em que, ao longo deste período apresentam valores mais reduzidos, sendo o valor mais baixo da série em análise de 0.03%, registada em Marvão, em 2008, e em Arronches, de 2009 a 2011. Como seria expectável, nos municípios com menores taxas encontram-se ainda alguns da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve. Há, no entanto, duas exceções fora destas regiões: o município do Corvo, em 2003 (0.64%), e o do Porto, em 2013 (0.66%).

Em sentido contrário, é também ao nível municipal que se observa a importância que tem a Região Autónoma dos Açores, até 2010, com Vila do Porto a ser, até 2005, o município em todo o País com maior taxa de depósito de emigrantes: 73.28% em 2000, 74.55% em 2001, 73.85% em 2002, 73.65% em 2003, 72.90% em 2004 e 72.26% em 2005. Em toda a série, nenhum outro município tem uma taxa que ultrapasse 50% dos depósitos totais. Mesmo com o

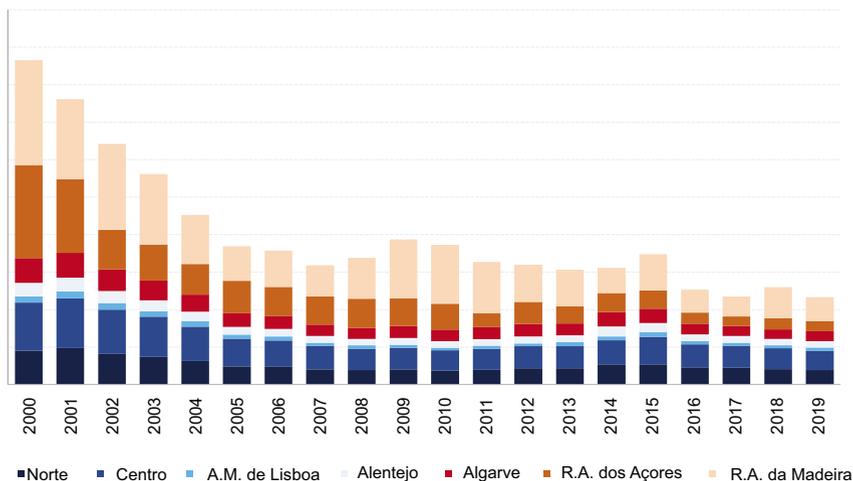


Gráfico 2.10 Evolução da taxa de depósitos de emigrantes em bancos portugueses, por NUTS II, 2000-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Instituto Nacional de Estatística.

abrandamento dos depósitos em Vila do Porto a partir de 2006, Ponta Delgada e Povoação ajudam os Açores a manterem-se como a segunda região mais importante até 2010.

Ao contrário do que acontece com os Açores, no caso da Madeira não há um município que se destaque na contribuição para tornar a região naquela que tem o maior peso da taxa de depósito dos emigrantes do País. Dos seus 11 municípios, apenas em dois os depósitos não têm, nunca, um peso superior a 15% do total.

Já a região Norte de Portugal é a aquela que, ao longo da série em análise, regista um maior número de municípios em que a taxa de depósito de emigrantes é elevada, dos quais se destacam: Melgaço (valor mais elevado nos anos 2006 a 2010, 2014 e 2016 a 2019), Arcos de Valdevez, Sernancelhe, Ribeira de Pena e Boticas. Por fim, na zona Centro destacam-se os municípios de Vila Nova de Paiva (valores mais elevados em 2011 e 2015), Sabugal e Celorico da Beira.

Geograficamente, denota-se uma maior relevância da taxa de depósitos de emigrantes na Regiões Autónomas da Madeira e em diversos municípios dos Açores, do Centro e do Norte em relação ao resto do País.

Referências bibliográficas

- Brubaker, Rogers (2005) “The ‘Diaspora’ Diaspora”, *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1), pp. 1-19.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, London, UCL Press.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito-Santo, Inês Vidigal e Ana Cristina Ribeiro (2015), *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), “A emigração portuguesa no século XXI”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94, pp. 9-38. DOI: 10.7458/SPP20209419573
- Pires, Rui Pena, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), *Emigração Portuguesa 2020: Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMRE072020
- Van Hear, Nicholas (1998), *New Diasporas: The Mass Exodus, Dispersal and Regrouping of Migrant Communities*, Londres, UCL Press.
- Vidigal, Inês (2021), “Remessas 2020”, *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021
- Vidigal, Inês (2021), “Migration and mobility after the pandemic: interview with Alan Gamlen”, *OEm Conversations With*, 22, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW222021

Capítulo 3

Emigração, retorno e desenvolvimento **Primeiras observações a partir da análise das expectativas** **de regresso de emigrantes portugueses**

José Carlos Marques

(Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.IPLeiria) e Instituto Politécnico de Leiria)

Pedro Góis

(Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Filipa Pinho

(Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (2019-2021) e CIES-Iscte)

Nas últimas décadas e, em particular, a partir de meados da primeira década de 2000, assistiu-se a um aumento sustentado da emigração portuguesa. A deterioração progressiva da situação económica, que tem início com o término das obras públicas de preparação para o Euro 2004 seguindo-se o período 2008-2011, com as medidas de austeridade decorrentes primeiro dos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC) e, depois, com a intervenção da Troika (BCE-UE-FMI), contribuíram para que o fluxo de saída de emigrantes assumisse, entre 2012 e 2014, valores próximos dos registados nos finais da década de 60 e inícios da década de 70 do século passado.

A partir de 2015, a conjugação da retoma económica em Portugal com o desenvolvimento de diferentes tensões sociais na Europa (resultantes, por exemplo, do Brexit e de movimentos anti-imigração em vários países), e com o retrocesso da emigração para Angola e outros destinos, permitiam admitir o aumento dos movimentos de regresso de emigrantes para Portugal. Um conjunto de programas e ações políticas, algumas criadas antes desta data,¹ procuraram promover o regresso de segmentos específicos da população emigrada através de incentivos económicos e fiscais ao regresso. Os números disponíveis sobre os regressos realizados no âmbito destes programas são, para já, muito baixos, antecipando alguma ineficácia em contrariar as dinâmicas emigratórias recentes de forma político-administrativa. Tal como as saídas de emigrantes (e o seu perfil) revelam um contexto estrutural da sociedade e economia portuguesa, os regressos parecem depender de uma alteração das características estruturais da sociedade e não são reversíveis através de medidas isoladas de apoio individual.

1 Sobre os programas de apoio ao regresso ver Góis, P., Marques, J. C., e Pinho, F. (2017), *O Regresso de Uma Geração Preparada*, Lisboa, Fundação AEP.

Neste contexto, conhecer as opções migratórias futuras dos portugueses a residir no estrangeiro e, em particular, as suas expectativas de regresso, constitui um aspeto central na compreensão da potencial dimensão do regresso. Saber que fatores influenciam as intenções e as decisões de regresso, assim como as perspetivas quanto à reintegração dos regressados, são questões importantes no planeamento de medidas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro e na aferição das possibilidades de mobilização dos recursos que detêm. Igualmente importante é conhecer as perspetivas e as práticas de investimento social ou económico destes emigrantes em Portugal de forma a antever o seu potencial contributo para o desenvolvimento das diferentes regiões nacionais.

A partir da análise dos resultados de um inquérito por questionário realizado a portugueses residentes no estrangeiro no âmbito do projeto “Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades”,² este texto explora algumas variáveis relevantes sobre as expectativas de regresso e de investimento dos portugueses residentes no estrangeiro. Esta análise encontra-se organizada segundo as seguintes dimensões: fluxos de emigração; intenções de regresso; motivações para o regresso e o potencial efeito económico destes regressos (avaliado a partir de investimentos planeados ou concretizados).

A evolução da emigração portuguesa nas últimas duas décadas

Os fluxos de saída de portugueses assumiram uma dinâmica mais intensa a partir do início do século XXI. Segundo os dados coligidos pelo Observatório da Emigração (Pires *et al.*, 2020), a evolução deste fluxo foi marcada por um aumento das saídas até 2007, uma redução entre 2008 e 2010 e um novo aumento a partir de 2010. Estima-se que, no total, aproximadamente um milhão e meio de portugueses migraram (de forma permanente ou temporária) entre 2001 e 2018, dividindo-se este total em cerca de 685 mil até 2010 e mais de 805 mil entre 2011 e 2018.

Para além dos números, muito elevados tendo em conta a dimensão da população e da população ativa, outros fatores e variáveis merecem relevância. No decurso das últimas duas décadas a emigração portuguesa foi-se tornando cada vez mais diversificada, quer em termos dos grupos sociodemográficos que participam neste movimento, quer nos destinos para onde se dirigem, quer, ainda, nas modalidades através das quais se concretiza a migração.

2 Projeto financiado pela FTC (PTDC/SOC-SOC/28730/2017), co-coordenado por José Carlos Marques e Pedro Góis.

Ao nível das características demográficas continuam a emigrar com maior preponderância pessoas em idade ativa jovem, mas assiste-se, também, à participação de uma proporção relevante de pessoas com mais de 35 anos, indiciando que a experiência migratória se torna, cada vez mais, uma realidade que acompanha, em diferentes graus, as biografias individuais dos cidadãos nacionais (Peixoto *et al.*, 2016). Em termos de repartição sexual, assinala-se ainda a participação de um maior número de mulheres que migram de forma autónoma (isto é, sem serem acompanhadas de familiares, ou sem o objetivo de se reunirem a familiares que já se encontram no estrangeiro). As mulheres migrantes representam atualmente, segundo diferentes fontes, pouco menos de metade do total de saídas de portugueses (Peixoto *et al.*, 2016).

Ao nível das características socioprofissionais, a alteração mais significativa, ou, pelo menos, a mais mediatizada, relaciona-se com o aumento da proporção de pessoas com níveis de qualificação formal mais elevados (Peixoto *et al.*, 2016). Apesar da emigração permanente ou temporária de indivíduos, sobretudo, com licenciatura e com mestrado, mas, também, com doutoramento, ter registado nos últimos anos um importante incremento, é importante salientar que os detentores de níveis de qualificação não superiores, isto é, com o secundário completo ou incompleto, continuam a ser dominantes no volume global de saídas (Peixoto *et al.*, 2016). Longe de estarmos perante uma expressiva fuga de cérebros persiste uma emigração não qualificada ou semiqualificada a que se adicionou, nas últimas duas décadas, uma emigração qualificada ou altamente qualificada fruto, no essencial, da evolução do nível da escolaridade média dos portugueses.

Principais destinos

Os dados disponíveis indicam que a maioria das saídas continua a dirigir-se para países da Europa Ocidental, ainda que se tenha assistido a uma maior variedade de destinos neste espaço geográfico. A evidência disponível mostra que, para além dos tradicionais países europeus (França, Luxemburgo, Suíça, Bélgica, etc.), a atual emigração se tem dirigido, também, para destinos que até agora funcionavam apenas marginalmente como países de acolhimento de migrantes portugueses. Assim, os destinos da emigração portuguesa tornaram-se geograficamente mais diversificados, complementando a integração no sistema migratório da Europa Ocidental com uma maior participação, como país de origem, no sistema migratório lusófono. Neste último sistema migratório os casos do Brasil e de Angola são paradigmáticos do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa devido ao crescimento económico vivido, até 2015, por estes países (Åkesson, 2018; Augusto e King, 2020). A retração nos últimos anos dos fluxos migratórios com destino a estes países, fruto da contração da oferta laboral ou da diminuição

dos salários oferecidos, é bem demonstrativa da característica de emigração económica que os fluxos de portugueses vêm assumindo (Candeias *et al.*, 2016; Góis e Marques, 2018; Madeira *et al.*, 2016; Malheiros *et al.*, 2016; Marques e Góis, 2016). Mais do que uma dependência direta da economia extractivista destes países que impulsionou estas economias até 2015, a emigração portuguesa estava concentrada em setores de investimento de capital (*eg.* construção civil e obras públicas) que rapidamente se deteriorou após este ano, não mais tendo recuperado.

A variedade das modalidades emigratórias constitui uma outra característica diferenciadora dos movimentos emigratórios portugueses contemporâneos. Às saídas de carácter mais permanente (que continuam a ser relevantes) é, agora, necessário acrescentar um fluxo de saídas temporárias, repetitivas ou mesmo circulares, justificadas por fatores estruturais como a reestruturação dos mercados laborais a nível global e regional, a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral, o desenvolvimento de nichos de emprego específicos, a livre circulação no espaço da União Europeia e a generalização das tecnologias de informação, comunicação e de transporte de baixo custo. No seu conjunto, estes fatores sustentam a criação de estruturas de oportunidades migratórias plurais e mais complexas do que no passado. O resultado é o desenvolvimento de estratégias e modalidades migratórias adequadas a responder de forma satisfatória às possibilidades de integração laboral que se desenvolvem nos diferentes países e setores económicos (Góis e Marques, 2020; Malheiros *et al.*, 2016).

As expetativas em relação ao regresso

O regresso tem, historicamente, acompanhado os fluxos emigratórios portugueses. Cada fluxo migratório tem produzido uma contracorrente de regressos de dimensão e características variáveis (Silva, 1984). Tal como existe uma emigração permanente ou de longa duração e uma emigração temporária ou circular, também é perceptível a existência de retornos permanentes e retornos temporários, alguns deles produtos de uma circularidade migratória. É de admitir que a realidade do retorno em relação à emigração que se produziu a partir de 2000 não seja muito diferente da emigração de retorno de vagas anteriores. Os poucos estudos existentes sobre o regresso apontam precisamente nesse sentido. Assim, segundo os dados do Censo de 2011, os regressos terão representado, aproximadamente, 40% do total de saídas estimadas para a primeira década do século XXI (Oliveira *et al.*, 2016). Num projeto concluído em 2015 (projeto REMIGR),³ o retorno constitui a intenção predominante entre os que responderam ao inquérito aplicado no âmbito deste projeto (29,1% declararam pretender regressar a Portugal). Num outro estudo (Góis *et al.*, 2017), a percentagem dos que eram assertivos em relação à sua intenção de

regresso foi de 31,4%, e a dos que indicaram que o regresso era uma possibilidade foi de 33,6%, evidenciando um padrão de intenção de retorno.

Nota metodológica

No inquérito enquadrado no projeto de investigação mencionado no início deste texto, o estudo das intenções de retorno assume um lugar central. Este inquérito por questionário, realizado de forma presencial, online, telefónica e com recurso às novas tecnologias de comunicação (WhatsApp, online, Facetime, etc.) (Baltar e Brunet, 2012; Brickman Bhutta, 2012; Pyszczółkowska, 2020), foi respondido por 2.349 portugueses residentes no estrangeiro. Neste texto analisam-se apenas as repostas com origem em residentes em quatro países estudados e em maior profundidade (Reino Unido, França, Suíça e Luxemburgo), no total de 1.044 respondentes. Estes respondentes satisfaziam, de forma cumulativa, as seguintes condições: a) ter nascido em Portugal ou ter cidadania portuguesa; b) ter 18 ou mais anos; c) viver atualmente no estrangeiro; d) ter emigrado no ano 2000 ou depois. Ainda que a metodologia de seleção dos participantes (não representativa, aleatória, em bola-de-neve) não permita extrapolar os resultados obtidos para a população emigrante global,⁴ o tamanho da amostra é suficientemente amplo para permitir a análise das expectativas de retorno dos portugueses residentes no estrangeiro.

Caraterísticas sociodemográficas dos inquiridos

O grupo de respondentes ao inquérito revela uma feminização bastante elevada, pois 65% do total são mulheres. Esta feminização fica mais exacerbada no caso da subamostra de respondentes do Reino Unido, onde 72% são mulheres, e menos no caso de França, de onde responderam menos de 60%. Devemos ter em atenção algum enviesamento das repostas, provocado por estas diferenças na amostra.

Relativamente à distribuição etária, encontramos uma baixa representação do grupo entre os 18 e os 24 anos na amostra total e nas subamostras de residentes nos países em análise e uma maior concentração nos grupos etários entre os 30 e os 44 anos. Neste último grupo etário tem de ser feita uma

3 Projeto “Regresso ao Futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR), financiado pela FCT (PTDC/ATP-DEM/5152/2012), coordenado por João Peixoto.

4 Os inquiridos foram recrutados com recurso à técnica de amostragem em bola de neve, completada com um processo de amostragem por conveniência de forma a incluir grupos que o processo de amostragem em bola de neve não conseguiu alcançar.

Quadro 3.1 Características sociodemográficas dos inquiridos

Caraterísticas sociodemográficas	Total	França	Luxemburgo	Reino Unido	Suíça
	(n=2.349)	(n=302)	(n=167)	(n=423)	(n=234)
Grupo etário	(n=2.347)	(n=302)	(n=166)	(n=422)	(n=234)
18-24	5,0	10,3	6,0	5,9	9,0
25-29	12,7	13,2	15,7	13,5	12,0
30-34	17,9	19,5	12,7	20,4	13,2
35-39	20,8	16,6	19,9	16,4	21,8
40-44	20,0	14,9	15,1	17,3	19,2
45-49	11,9	11,6	11,4	14,2	9,8
50 e mais	11,5	13,9	19,3	12,3	15,0
Género	(n=2.349)	(n=302)	(n=167)	(n=423)	(n=234)
Feminino	65,0	57,3	62,3	72,6	69,2
Masculino	35,0	42,7	37,7	27,4	30,8
Condição perante o trabalho antes de emigrar	(n=2.110)	(n=278)	(n=155)	(n=369)	(n=200)
Empregado	53,0	48,5	50,3	50,7	57,5
Trabalhador por conta própria / empresário	11,8	11,8	12,9	11,7	6,5
Desempregado	17,4	17,6	15,5	24,1	13,5
Estudante	13,8	16,2	16,8	11,9	17,0
Outra situação	3,9	5,8	4,5	1,6	5,5
Grupo profissional antes de emigrar	(n=1604)	(n=203)	(n=118)	(n=285)	(n=160)
Quadros e especialistas	50,4	31,0	26,3	48,1	36,9
Técnicos	37,5	37,9	50,8	44,9	40,0
Operários	7,9	16,7	16,9	4,2	20,0
Não qualificados	3,4	10,8	5,1	2,8	1,9
Outros	0,8	3,4	0,8	0,0	1,3
Habilitações literárias	(n=2.154)	(n=292)	(n=159)	(n=405)	(207)
Até ao 1.º ciclo	1,2	3,1	3,8	1,0	2,1
2.º ou 3.º ciclo	7,1	26,4	26,4	7,4	17,0
Ensino Secundário	19,9	30,8	27,0	21,5	31,9
Ensino Superior	71,8	39,7	42,8	70,1	49,0

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

ressalva para o caso do Luxemburgo que apresenta uma proporção menor de indivíduos neste grupo etário do que os outros países. No caso do Luxemburgo nota-se, ainda, uma concentração de 19% no grupo, com idade igual ou superior a 50 anos, enquanto entre os residentes nos outros países, essa percentagem não passa dos 15%.

Trata-se de uma amostra de respondentes inequívoca e maioritariamente em idade ativa, e isso confirma-se com a condição perante o trabalho já antes de emigrar. Um pouco mais de metade da amostra total está empregada; apenas no caso dos residentes em França essa percentagem não chega a 50%. Os desempregados são o segundo grupo mais representado no total e em qualquer dos países em análise, embora tenha de ser destacado que entre os

respondentes do Reino Unido essa proporção está próxima de 25%, o que excede em muito o que se encontra para o total (17%). Relembramos que o inquérito foi respondido já durante a pandemia, e que tal pode refletir parcialmente essa realidade.

Entre os respondentes que trabalham, cerca de metade são quadros e especialistas, situação que se deve principalmente à proporção de emigrantes residentes no Reino Unido, onde essa mesma proporção é de 48%. No caso da amostra global e no caso do Reino Unido, a grande parte dos respondentes concentra-se maioritariamente entre este grupo e o de técnicos, situação que difere muito do que observamos para os casos de França e Luxemburgo, pois aqui os operários (e os não qualificados, no caso de França), também estão representados.

As qualificações refletem esta realidade, pois cerca de 72% dos respondentes ao inquérito concluiu algum grau do ensino superior, o que se verifica também entre residentes no Reino Unido, mas não entre os restantes (cerca de 40% entre residentes em França, 43% entre os residentes no Luxemburgo e 49% entre os residentes na Suíça). Embora o ensino superior também seja a escolaridade concluída mais representada entre emigrantes nestes países, 17% no caso da Suíça e 26% nos outros dois países concluíram o 2º ou o 3º ciclo — contra 7% do total ou no caso do Reino Unido — e entre 27% (Luxemburgo), e 30,8% (França) e 32% (Suíça) concluíram o ensino secundário; no caso da amostra total, esta proporção fica pelos 20%.

As expetativas de regresso

À semelhança de estudos anteriores, também neste o retorno a Portugal constitui a expetativa mais exteriorizada pelos inquiridos (44,6%), seguindo-se a indecisão em relação ao projeto migratório futuro (27,7%) e a expetativa de permanecer no país (24,7%). A intenção de migrar para outro país é residual no conjunto das respostas obtidas (3,0%). Em geral, a estrutura das intenções de regresso é consistente nos quatro países que constituem os estudos de caso do projeto. Verificam-se, no entanto, algumas dissemelhanças nas respostas dadas pelos residentes nos diferentes países: a intenção de regresso assume particular expressão entre os residentes na Suíça (52,6%); o desejo de permanecer no país é mais expressivo entre os residentes no Reino Unido (28,1%); e a indecisão é maior (ainda que muito ligeiramente) nos residentes no Luxemburgo (29,3%).

Em termos de género não se registam diferenças significativas nos projetos migratórios, apenas uma proporção ligeiramente maior de homens a pretenderem regressar ao país (44,2% *vs.* 41,3%) e uma ténue sobrerrepresentação das mulheres na intenção de permanecer (26,3% *vs.* 25,1%) ou na indefinição em relação ao seu futuro migratório (29,9% *vs.* 26,3%).

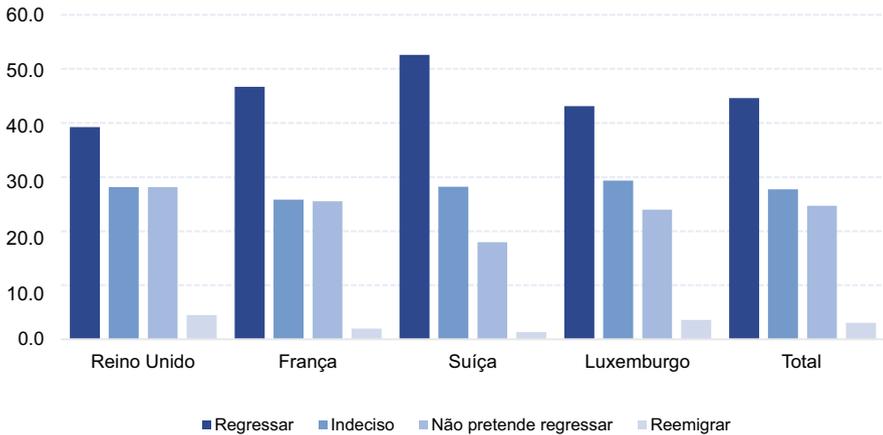


Gráfico 3.1 Expetativas de regresso a Portugal, por país de residência

Nota: n=1.044.

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

Quanto à relação entre as intenções de retorno e a idade dos inquiridos, verifica-se que os respondentes com 50 ou mais anos referem com maior frequência a opção pelo regresso (59,8% dos inquiridos neste grupo etário), enquanto a expetativa da permanência ou da remigração se encontra presente, sobretudo, nos grupos com idades inferiores (30% dos inquiridos com menos de 50 anos indicaram uma destas opções). São também os mais jovens que apresentam uma maior indefinição quanto ao seu projeto migratório futuro (30% *vs.* 18%).

Regressar: quando?

Apesar de a intenção de retorno a Portugal assumir uma posição preponderante no conjunto dos inquiridos, é necessário notar que parte importante dos inquiridos (40%) não tem ainda claramente definido o momento em que esse regresso se concretizará. Somente um quinto dos inquiridos que pretendem regressar, preveem fazê-lo no curto prazo (em 2020 ou 2021), outro quinto manifesta a intenção de regressar no médio prazo (entre 2022 e 2024). Os restantes emigrantes que manifestaram o propósito de regressar estimam que o regresso se concretize apenas a partir de 2025.

Solicitados a indicar a probabilidade de se encontrarem a residir em Portugal em três momentos específicos (no próximo ano, daqui a 5 anos e daqui a 10 anos), verificou-se que, à medida que aumenta o espaço temporal

considerado, se amplia a percentagem dos que considera provável ou mesmo muito provável vir a residir no país (de 14%, para 35% e para 53% no caso do período temporal mais dilatado). Confirma-se, deste modo, que o regresso, apesar de fazer parte do projeto migratório idealizado pelo migrante, tende a ser planeado apenas para o médio ou longo prazo.

Motivações para o regresso

Como demonstram vários estudos sobre o retorno, o processo de tomada de decisão é influenciado por um conjunto de fatores diverso e de importância variável (Pinho *et al.*, 2021). Entre os inquiridos que têm a expectativa de regressar, os fatores mais relevantes relacionam-se com a vida familiar ou com dimensões que se podem considerar intrínsecas ao país, como a paisagem e o clima. Os que não pretendem regressar, por seu lado, apontam como principais motivos fatores de natureza profissional, tais como a situação profissional, o rendimento, ou as oportunidades de progressão profissional e, também, condições relativas ao funcionamento do estado de bem estar no país em que se encontram, nomeadamente ao nível do sistema educativo e dos benefícios sociais.

Questionados sobre os fatores específicos que os emigrantes com intenção de regressar a Portugal consideram mais relevantes na sua decisão, sobressaem os motivos familiares e estruturais referidos atrás. O desejo de estar próximo da família, as saudades, o clima, o apoio de familiares e o maior acesso à cultura e à gastronomia portuguesa são, individualmente, considerados relevantes por mais de 70% dos respondentes.

Os fatores relativos ao país de residência são, em geral, considerados menos relevantes por parte dos inquiridos. Somente a desilusão com o país de residência e a degradação do contexto económico são salientados por mais de 20% dos inquiridos. De assinalar que as dificuldades de adaptação ao país para onde se emigrou — uma das componentes da discussão académica clássica sobre as migrações de regresso — são mencionadas apenas por 16% dos inquiridos.

Em síntese, os dados obtidos através do questionário preenchido pelos emigrantes parecem indicar que os motivos relativos ao país de origem influenciam mais a decisão de regresso, enquanto os fatores que se situam no país de residência assumem uma relevância menor. Trata-se, porém, de fatores que se referem a dimensões diferentes na forma como são percebidas pelos respondentes: enquanto os primeiros aludem a motivações de natureza pessoal e subjetiva, os segundos indicam a ação de razões económicas e sociais objetivas.

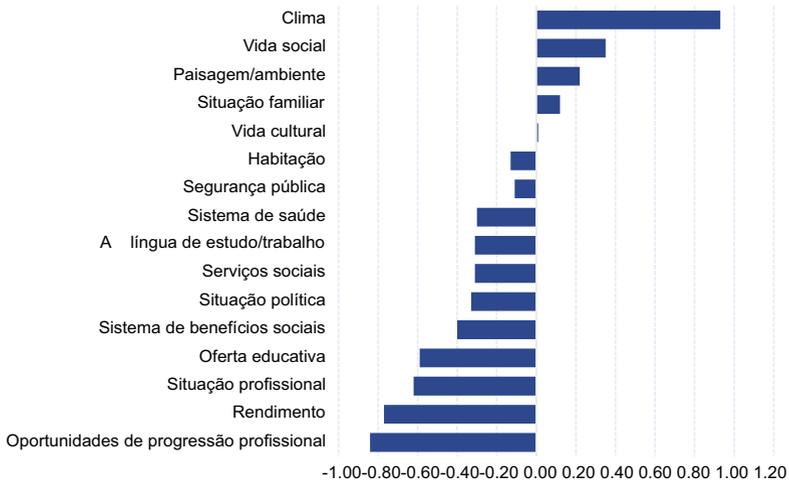


Gráfico 3.2 Relevância de diferentes fatores na decisão de regressar ou não ao país

Nota: valores negativos indicam uma maior importância atribuída ao fator por parte dos que não pretendem regressar (comparativamente aos que pretendem regressar) e valores positivos indicam que ao fator foi atribuída mais relevância pelos que pretendem regressar ao país (comparativamente aos que não pretendem regressar).

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

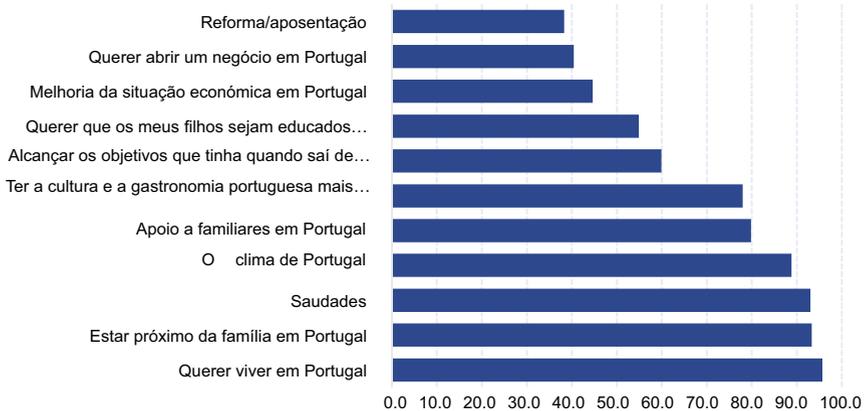


Gráfico 3.3 Importância de fatores específicos de Portugal na decisão de regressar

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

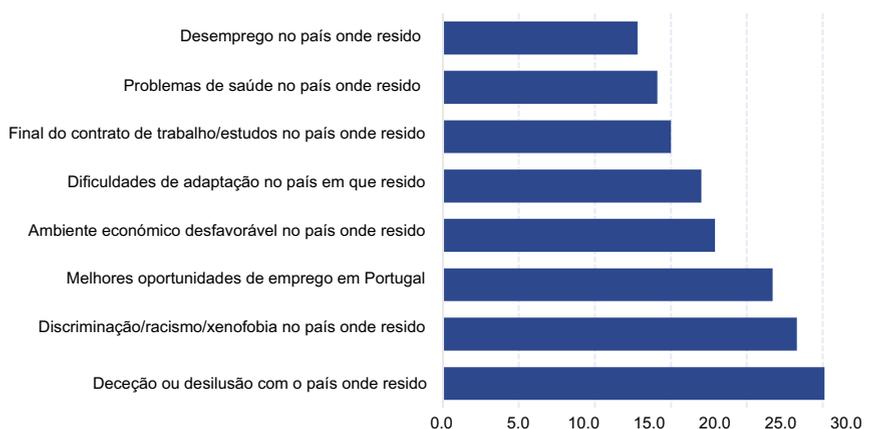


Gráfico 3.4 Importância de fatores específicos do país de residência na decisão de regressar

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

Potenciais efeitos da migração e do retorno de emigrantes no desenvolvimento económico

Determinar os impactos económicos das migrações e do retorno constitui uma tarefa complexa e dificultada, frequentemente, pela insuficiência de dados que permitam aferir o efeito da agência dos migrantes (atuais e regressados) no tecido económico e social do país e das suas regiões. Os dados que temos vindo a usar também não permitem analisar aprofundadamente os efeitos económicos das migrações e dos regressos. Autorizam, apenas, aferir as práticas de investimento dos migrantes e as suas intenções de investimento no país.

Uma das formas pelas quais se pode analisar o contributo económico dos migrantes é através das visitas que realizam ao país, pois não só podem relacionar-se com investimentos realizados ou a realizar, como implicarão sempre participar em atividades de consumo no país, de bens e serviços (eventualmente restauração e alojamento, entre outros). Estas visitas ocorrem duas a três vezes por ano para 47,2% dos inquiridos, e entre quatro e seis vezes para 17,3% dos que reponderam ao inquérito. Há a assinalar, ainda, que 6,8% dos inquiridos realizam viagens mais frequentes a Portugal, e uma percentagem quase similar (6,6%) afirma não ter visitado o país no ano anterior. Na maioria destas deslocações ao país, assumem particular relevância as visitas a familiares, a realização de férias e a participação em eventos e festividades (Gráfico 3.5). Tratam-se de motivos que alguns autores definem como

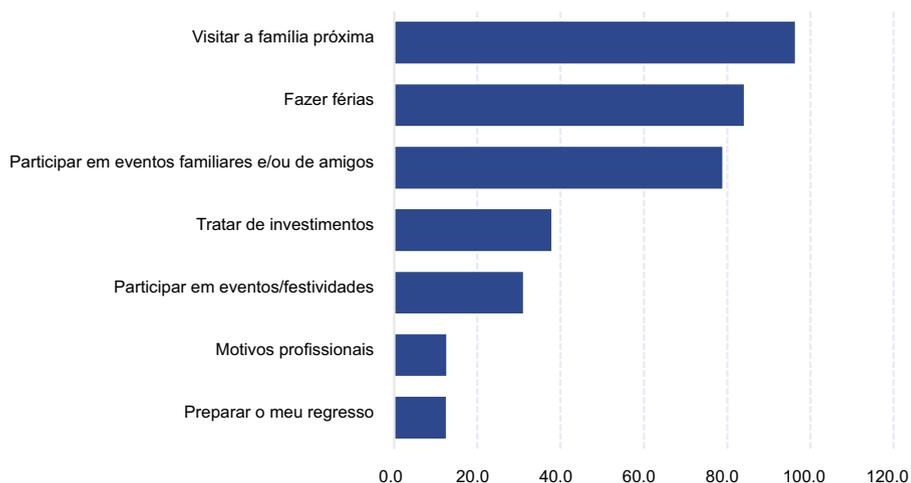


Gráfico 3.5 Motivos considerados importantes para a visita a Portugal

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

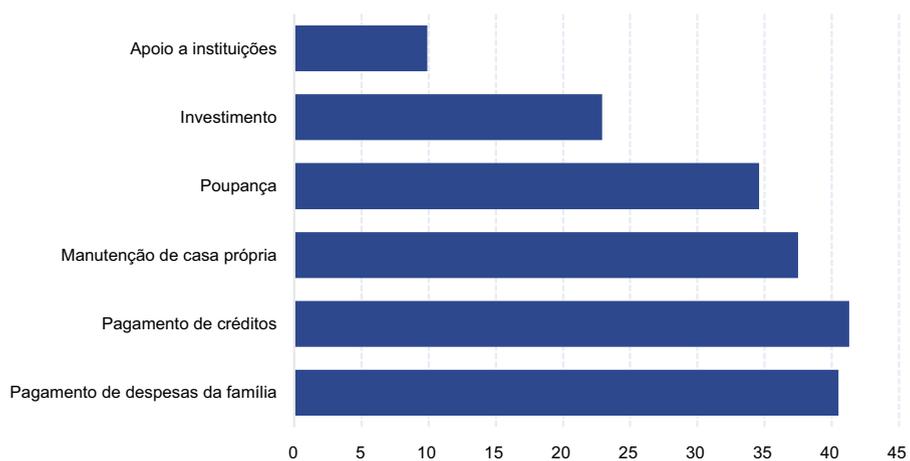


Gráfico 3.6 Destino do dinheiro enviado para Portugal

Nota: em percentagem das respostas.

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

integrando fluxos específicos e que formam um segmento importante do mercado turístico (o designado mercado VFR, *visiting friends and relatives*) (Morrison *et al.*, 1995; Williams e Hall, 2000) e que contribuem para a economia nacional e, em especial, para animar as economias regionais para onde se dirigem os migrantes.

Outro contributo dos migrantes para a economia manifesta-se através do envio de remessas. Ainda que o peso das remessas no PIB nacional tenha vindo a diminuir desde os anos 1980 [altura em que chegaram a representar 10% do PIB (Baganha, 1994)] elas continuam a constituir uma fonte relevante da entrada de divisas no país, representando, em 2020, 1,8% do PIB (fonte: Pordata).

O envio de remessas constitui, também, uma prática realizada nos últimos cinco anos por 51,8% dos inquiridos. As remessas enviadas destinam-se, sobretudo, e como pode ser confirmado no gráfico 3.6, a satisfazer compromissos pessoais ou familiares (pagamento de despesas, de créditos, ou manutenção da habitação) e, em 23,7% das respostas, à realização de investimentos. Significativa é, ainda, a percentagem dos que enviam remessas para efeitos de constituição de poupanças (46,9%).

No questionário que temos vindo a considerar, existe uma outra questão que permite aferir o contributo dos emigrantes para o desenvolvimento económico do país. Perguntava-se se o desejo de investir em Portugal, nomeadamente através da abertura de um negócio no país, constituía um fator importante na decisão de regressar. Dos inquiridos que pretendem regressar ao país, 35,2% indica que o desejo de encetar uma atividade empreendedora constitui, entre outras, uma razão motivadora do regresso. Este valor, não significa, evidentemente, que esta vontade se venha a concretizar aquando do regresso, mas indicia uma pré-disposição para o efeito.

E os regressados... Investem após o regresso?

Aferir os impactos económicos dos emigrantes através de medidas indiretas, como as visitas realizadas a Portugal e as remessas enviadas, permite, ainda que de forma imperfeita, traçar uma imagem global de diferentes modos através dos quais os emigrantes contribuem para a economia nacional. Estes dados podem ser completados com os dados relativos aos investimentos realizados por emigrantes que já regressaram, fornecendo, deste modo, um quadro mais completo sobre o potencial contributo económico da experiência migratória dos portugueses. É esta análise que se irá realizar seguidamente, aproveitando para o efeito um inquérito aplicado a emigrantes que regressaram a Portugal a partir do ano 2000. Também este inquérito foi aplicado de forma presencial e a distância, recorrendo-se para o efeito quer à via telefónica, quer às ferramentas de comunicação e de inquirição disponibilizadas pela internet. O questionário esteve disponível entre dezembro de 2020 e maio de 2021, tendo sido recolhidas respostas de 348 emigrantes regressados.



Gráfico 3.7 Tipo de investimento realizado pelos emigrantes regressados

Nota: em percentagem das respostas.

Fonte: Inquérito aos Emigrantes Regressados, 2020/21 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

A maioria dos emigrantes regressados afirmou não ter realizado investimentos em Portugal após o seu regresso. Dos que realizaram investimentos (46,2%), a maioria destinou-os à construção ou aquisição de habitação. A aquisição de casa para arrendamento (incluindo o alojamento local) e a constituição de empresas unipessoais surgem como formas alternativas de investimento, e as restantes formas de investimento apresentam valores menos expressivos.

Ao comparar o destino dos investimentos feitos e das remessas enviadas pelos mesmos inquiridos enquanto ainda se encontravam no estrangeiro, denota-se uma alteração relevante. Enquanto as remessas se destinavam, sobretudo, à realização de poupanças (55,2% das respostas), à manutenção da casa (35,5%), ao pagamento de créditos (32,0%) ou ao pagamento de despesas familiares (31,4%); os investimentos realizados após o regresso apresentam uma orientação mais empreendedora, ainda que a níveis moderados (à exceção dos investimentos relativos á habitação própria que assumem valores expressivos durante e após a emigração).

Notas finais

A discussão da relação entre migrações e desenvolvimento pode ser integrada numa perspetiva analítica mais vasta que se interroga sobre as políticas e

as práticas de vinculação do Estado português e dos seus emigrantes (conhecidas na literatura anglo-saxónica como *engagement politics* ou *migrant engagement*) (Collyer, 2013; Østergaard-Nielsen, 2003). Trata-se de uma dimensão particular destas políticas e práticas que questiona a forma como os Estados podem aproveitar a presença de emigrantes em diferentes países estrangeiros como um recurso económico e/ou político e a forma como os emigrantes se envolvem com os seus países através da promoção de relações económicas. Neste contexto, as relações económicas que os emigrantes mantêm com o país de origem podem ser entendidas como uma manifestação das práticas transnacionais dos emigrantes que contribuem para a constituição de espaços sociais e económicos através dos quais se processa a ligação entre o país/região de origem dos migrantes e o país de acolhimento (Marques e Góis, 2008).

Os dados apresentados nas páginas precedentes, embora não permitam fornecer uma imagem completa e fidedigna do nível das transações económicas que os emigrantes realizam com o seu país de origem, proporcionam uma primeira perceção sobre essas transações e sobre o seu eventual impacto no desenvolvimento nacional e regional. Pela análise dos dados é evidente que o envio de remessas para o país e as viagens a Portugal constituem duas das formas pelas quais os migrantes mantêm relações económicas com o país. Ainda que os efeitos destas duas práticas sobre o desenvolvimento económico nacional e, particularmente, regional, não sejam conhecidas com rigor, é de admitir que o seu contributo para o estímulo das economias locais não seja desprecioso e que o valor das remessas enviadas continue a ser uma fonte importante de entrada de remessas no país. Parte destas remessas destinam-se ao investimento imobiliário, em particular à aquisição de casa, ao pagamento de despesas familiares e à amortização de créditos. Os emigrantes regressados apresentam uma maior diversificação das suas aplicações financeiras no país, denotando-se a mobilização dos seus investimentos para atividades empreendedoras, como constituição de empresas e desenvolvimento de atividades no mercado do arrendamento.

Os dados utilizados neste texto não autorizam, como já referido, uma análise detalhada da relação entre emigração e desenvolvimento, um campo de estudos que deveria ser merecedor da promoção de estudos aprofundados, quer a nível nacional, quer a nível regional. Conhecer o modo como se materializam as relações económicas dos emigrantes com o seu país de origem, os efeitos diretos e indiretos destas relações, os constrangimentos enfrentados pelos emigrantes no processo de investimento no país, etc., são dimensões importantes e estruturantes na construção de uma estratégia de capitalização do potencial da emigração portuguesa.

Referências bibliográficas

- Åkesson, L. (2018), *Postcolonial Portuguese Migration to Angola: Migrants Or Masters?* Springer.
- Augusto, A., e King, R. (2020), “‘‘Skilled white bodies’’: portuguese workers in Angola as a case of North-South migration”, *The Geographical Journal*, 186 (1), pp. 116-127.
- Baganha, M. I. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Baltar, F., e Brunet, I. (2012), “Social research 2.0: virtual snowball sampling method using Facebook”, *Internet research*.
- Brickman Bhutta, C. (2012), “Not by the book: Facebook as a sampling frame”, *Sociological Methods e Research*, 41 (1), pp. 57-88.
- Candeias, P., Malheiros, J., Marques, J. C., e Liberato, E. (2016), “A nova emigração para Angola: integração diferenciada e forte ligação a Portugal”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 199-233). Gradiva.
- Collyer, M. (Ed.). (2013), *Emigration Nations. Policies and Ideologies of Emigrant Engagement*, Palgrave Macmillan.
- Góis, P., e Marques, J. C. (2018), “Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos”, *E-Cadernos Ces* pp.125-151. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Góis, P., e Marques, J. C. (2020), “Portuguese intra-EU migration. The dynamics of an ongoing migration process”, *Ethnic and Racial Studies*, 43 (14), pp. 2551-2571. <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1772989>
- Góis, P., Marques, J. C., e Pinho, F. (2017), *O Regresso de uma Geração Preparada*, Fundação AEP.
- Madeira, P. M., Ferreira, B., Candeias, P., Peixoto, J., e Fernandes, D. (2016), “A emigração portuguesa recente para o Brasil: novos contornos de uma corrente histórica”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 169-198), Gradiva.
- Malheiros, J., Marques, J. C., e Góis, P. (2016), “Geografias, processos migratórios e dinâmicas sociográficas da emigração contemporânea portuguesa: respondendo a algumas questões”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 273-296). Gradiva.
- Marques, J. C., e Góis, P. (2008), “Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 147-165.
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/245_07GOIS.pdf

- Marques, J. C., e Góis, P. (2016), "Structural emigration: the revival of Portuguese outflows", em J.-M. Lafleur e M. Stanek (Eds.), *Old Routes, New Migrants: Lessons from the South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis* (pp. 65-82), Springer.
- Morrison, A. M., Hsie, S., e O'Leary, J. T. (1995), "Segmenting the visiting friends and relatives market by holiday activity participation", *Journal of Tourism Studies*, 6 (1), pp. 48-63.
- Oliveira, I. T., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., e Malheiros, J. M. (2016), "Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.
- Østergaard-Nielsen, E. (Ed.). (2003), *International Migration and Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*, Palgrave Macmillan.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., e Madeira, P. J. (2016), *Regresso ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Gradiva.
- Pinho, F., Góis, P., e Laranjo Marques, J. C. (2021), "Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000", *Análise Social*, 56 (238).
- Pszczółkowska, D. (2020), *Facebook recruitment and online interviewing-suitable for qualitative research in migration?*, CMR Working Papers 119 (177).
- Silva, M. e. a. (1984), *Retorno: Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Williams, M. A., e Hall, M. C. (2000), "Tourism and Migration: new relationships between production and consumption", *Tourism Geographies*, 2(1), pp. 5-27.

Capítulo 4

Transnacionalismo socioeconómico de portugueses na Alemanha

Pedro Candeias

(CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)

Instituto de Saúde Ambiental, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa)

Introdução

Uma parte considerável das migrações internacionais é de cariz laboral. Estimativas da International Labour Organization (2021) para o número de migrantes internacionais no mundo apontam para 272 milhões, dos quais 164 milhões corresponderiam a migrações laborais. Parte desta migração pode manter relações com os países de origem em diversos domínios, entre eles, no económico. Deste modo, uma corrente nos estudos das migrações associou os movimentos populacionais a um *nexus* com o desenvolvimento dos países de origem. Uma vez que estas teses foram pensadas para as migrações sul-norte ou de países de baixo desenvolvimento humano para países de elevado desenvolvimento humano, a aplicação ao caso português (elevado desenvolvimento humano) fica comprometida (Pires e Cândido, 2019). Não obstante, podem analisar-se alguns indicadores de ligações que a emigração portuguesa estabelece com o país de origem na esfera económica, partindo do princípio de que estas ligações terão algum impacto na economia portuguesa.

Com este panorama, o presente capítulo pretende analisar dois tipos de ligações económicas entre emigrantes portugueses e o país de origem: o envio de remessa e ligações de trabalho. Para cumprir este fim, recorre-se a dados recolhidos no âmbito do projeto REMIGR (PTDC/ATP-DEM/5152/2012)¹ e trabalhados numa posterior tese de doutoramento ancorada neste projeto (PD/BD/113555/2015). A estrutura do capítulo comporta uma primeira parte, de contextualização e revisão dos principais fatores que literatura considera relacionados com estas práticas transnacionais. Na segunda secção, é descrita a metodologia adotada e é caracterizada a amostra inquirida na Alemanha. Na terceira parte é caracterizado o *stock* português a viver na Alemanha. Na quarta

1 Os principais resultados podem ser encontrados em Peixoto *et al.*, 2016.

secção são analisados os resultados, com a descrição do envio de remessa e das relações de trabalho com Portugal. São apresentados os resultados para a Alemanha e para os principais países da emigração portuguesa. A análise de fatores associados com estes dois fenómenos é baseada numa análise bivariada e multivariada em modelos de regressão logística. Termina-se com uma breve reflexão em torno dos resultados obtidos.

Remessas, investimentos e relações laborais com a origem

Um dos indicadores mais comumente utilizado para aferir a ligação económica de emigrantes com o seu país de origem é o envio de remessas. A generalização das remessas é tal que, segundo Vertovec (2000), são enviadas por todo o tipo de trabalhadores imigrantes: homens e mulheres, em situação regular ou irregular, temporários ou permanentes, qualificados ou pouco qualificados, casados e solteiros, jovens e de meia-idade, de classes média, alta ou popular. Existem, porém, diferenciações de acordo com a duração da estadia no destino e a posição que cada imigrante ocupa no ciclo de vida. Este dinheiro é enviado por uma pluralidade de meios: bancos, agências, online, por estafetas ou através de redes sociais, com algumas *nuanças* de acordo com o grupo nacional. Na lógica do *migration development nexus*, defendia-se que as remessas reduziam a pobreza e reforçavam o investimento local, sendo de especial importância, uma vez que são capazes de resistir mesmo a situações de recessão económica (Faist, 2008). São diversas as consequências das remessas. Em alguns países, as remessas têm sido aplicadas na construção de infraestruturas e equipamentos (Vertovec, 2009). Os impactes das remessas permitem suportar as famílias na origem, transformar as relações de género, financiar educação e formação profissional, e permitir o desenvolvimento local em áreas como a saúde, o saneamento, e a construção de locais de culto e recreio (Vertovec, 2001 p.575). A importância das remessas para as contas públicas dos países de origem levou a que alguns governos permitissem duplas nacionalidades e criassem círculos eleitorais destinados à emigração (Portes, 2003). Os consulados também se tornaram mais proativos com a oferta de serviços aos seus conacionais: representação legal, serviços de saúde, cartões de identificação, bem como cursos de inglês e das línguas oficiais dos países de origem (Portes *et al.*, 2007). Em Portugal, a importância histórica das remessas na economia também foi documentada. Se forem entendidas como uma exportação de mão-de-obra nacional, as remessas representaram 13% das exportações nos anos 1950, na década seguinte corresponderia a 25%, nos anos 1970 atingiria o peso de 56%, para diminuir para 45% nos anos 1980 (Baganha, 1994). Se for analisado o peso das remessas no PIB, a perspectiva é de que os emigrantes são força de trabalho que impactam na economia nacional através das remessas. Essas proporções foram crescentes entre as décadas que foram analisadas pela autora 1950 (2%) e 1980 (10%) (Baganha, 1994).

Não obstante a tese do *migration-development nexus*, foram identificadas consequências negativas das remessas, listadas em seguida. Por vezes, o uso das remessas toma a forma de incentivo ao consumo, muitas vezes de bens importados, bem como da inflação dos preços de terras, das habitações e de bens alimentares. As remessas criam disparidades e inveja entre os recetores e não recetores, bem como a emergência de uma cultura de dependência económica (Vertovec, 2000). Por fim, as remessas enfraquecem o mercado de trabalho local, aumentam o preço dos combustíveis fósseis e criam novas hierarquias de *status* (recetores *vis-à-vis* não recetores) (Vertovec, 2001 p.575).

Um segundo indicador de relações com o país de origem que foi escolhido analisar são as relações de trabalho mantidas com o país de origem. Neste tema a bibliografia parece não abundar. Por um lado existe alguma literatura sobre as redes laborais de transmigrantes qualificados (Vertovec, 2002), mas é focada nos mais qualificados. Por outro lado, existe toda a corrente sobre empreendedorismo emigrante transnacional (Portes, Guarnizo, e Haller, 2002), contudo, embora esta corrente não incida em um perfil de qualificação em concreto, foca um grupo socioprofissional muito específico. O caso de ligações de trabalho, analisadas de forma mais abrangente, parece ser um tema pouco desenvolvido, e, por consequência, não existe um corpo de literatura desenvolvido, como está disponível para as remessas. Por esse motivo, pareceu importante analisar estes dois indicadores: um mais reconhecido na literatura e outro menos desenvolvido.

De seguida, serão expostos os fatores de nível individual que são associados ao envio de remessas. Embora o sexo/género seja comumente utilizado nos modelos explicativos para o envio de remessas, não se tem mostrado uma variável fiável. Na revisão de literatura de Goza e Ryabov (2010) mostrou-se pouco consensual. A explicação passa por fatores culturais, que variam conforme o país de origem. Em estudos como o de Cai (2003) sobre emigrantes chineses foi argumentado (e verificado) que os homens possuem um estatuto familiar mais elevado e também maiores responsabilidades com os familiares em casa, o que os tornava mais propensos ao envio de remessas em comparação às mulheres. No estudo sobre diversos grupos imigrantes de Merkle e Zimmermann (1992), foi verificado que os homens enviavam mais frequentemente remessas em comparação com as mulheres. Já em Carling e Hoelscher (2013) foram as mulheres a enviarem mais frequentemente remessas. A explicação para estas diferenças pode passar por um efeito mediador do sexo/género no envio de remessas, uma vez que em Mahapatro (2017) foi percebido que as motivações e os fins das remessas diferem de acordo com o sexo/género.

A idade é considerada importante segundo um racional que, quanto mais novos os imigrantes, maior deve ser o laço com o país de origem. Mas em estudos como o de Merkle e Zimmermann (1992) e o de Carling e Hoelscher (2013) o envio de remessas assumiu a forma de U invertido. Uma vez que

imigrantes mais jovens, presumivelmente recém-chegados, não conseguem enviar remessas devido aos custos associados ao acomodamento. Apenas após atingem estabilidade financeira conseguem enviar remessas. Com o passar do tempo, criam laço no destino e tendem a enviar menos dinheiro. A idade também deve impactar os fins das remessas: emigrantes mais novos canalizam as suas remessas para bens de consumo; emigrantes mais velhos, para objetivos mais produtivos (Goza e Ryabov, 2010). O argumento utilizado pelos últimos autores parte do pressuposto que os emigrantes emigram sempre (ou muito tendencialmente) no início da idade ativa. O que, com a diversificação da emigração (portuguesa e não só) que se tem observado, tende a ser menos frequente (embora ainda seja muito comum). Pode-se estar perante um argumento que faria mais sentido para uma emigração clássica. No seguimento destes argumentos, a idade parece ser um indicador da posição dos sujeitos na trajetória migratória do que no ciclo de vida.

A existência de um cônjuge a viver com o inquirido deve impactar negativamente o envio de remessas, no sentido em que a figura do *breadwinner* envia dinheiro para os *left-behind*. Contudo, na revisão de literatura de Lianos (1997) revelou-se ser dos fatores menos importantes. No mesmo sentido, o estado civil, *per si*, não se tem revelado importante (Merkle e Zimmermann, 1992). A hipótese assenta na ideia de que as remessas são enviadas principalmente para suprir necessidades de consumo da família que fica em casa. E que, se a unidade familiar se encontrar junta na emigração, o consumo será mais intensivo no país de destino. Deste modo, o estado civil não deve importar, mas sim a localização do cônjuge e dos filhos, caso existentes (Cai, 2003; Merkle e Zimmermann, 1992). E embora faça sentido a presença de filhos no país de destino, este fator não se mostrou relevante em estudos como o de Durand e colegas (1996).

A relação da escolaridade com as remessas, segundo Lucas e Stark (1985), assenta no argumento que existe um investimento em educação por parte da família do emigrante, que posteriormente deverá ser devolvido. Existe um contrato, ainda que tácito entre o emigrante e a sua família.² Parte do princípio de que, por a família ter financiado os estudos, o emigrante tem uma obrigação moral de enviar remessas como forma de compensar os custos que a família teve. Lianos (1997) é bastante crítico deste raciocínio, referindo que, quando um aluno dá entrada no sistema escolar, é pouco provável que esteja ciente de um acordo tácito e concorde com o mesmo. Os resultados empíricos têm mostrado que o impacto da escolaridade nas remessas tem sido pouco (Cai, 2003), ou nenhum (Merkle e Zimmermann, 1992).

2 Esta ideia do contrato implícito poderia ser igualmente válida para o pagamento da viagem ou para o alojamento num período inicial.

Nos indicadores referentes à trajetória migratória, ou seguindo uma lógica de ciclo de vida, é esperado que, numa fase inicial da migração, seja necessário recorrer a ajudas de familiares e amigos de modo a facilitar a adaptação ao novo ambiente. Só posteriormente existe a disponibilidade e possibilidade de enveredar em laços transnacionais que poderão ser duradouros ao longo do tempo (Carrasco, 2015). A hipótese alternativa é a da redução das remessas (*remittance decay hypothesis*) inicialmente proposta por Stark (1978). O argumento defende que, com o passar do tempo, o emigrante fica acomodado ao país de destino e as possibilidades para enviar dinheiro tornam-se menores. Brown (1997) contra-argumentou que os imigrantes também enviam remessas como uma forma de investimento, e por isso independente do tempo. Outros autores procuraram refutar Brown e defenderam que as remessas seriam enviadas para suprimir necessidades de consumo nas famílias que permaneciam na origem, e que passado um linha de corte, a sua utilidade marginal diminuiria, o que implicava um decréscimo no envio das remessas (Hunte, 2004). Uma outra explicação, mais recentemente proposta por Delpierre e Verheyden (2014), depende do risco que existe no país de destino, o que explica que os imigrantes poupam e enviam remessas numa altura inicial da sua carreira migratória, quando existe incerteza em relação à sua performance económica no país de destino.

Alguns dos indicadores de integração económica mostraram-se positivamente correlacionados com o envio de remessas. Em Durand e colegas (1996) e em Merkle e Zimmermann (1992) foi demonstrado um impacto positivo do rendimento e de outros fatores de integração económica. Contudo, tendem a perder importância com o prolongar da estadia no destino e com os processos de reagrupamento familiar. Ou seja, pode existir um efeito moderador da duração da estadia na relação entre os fatores de integração socioeconómica e o envio de remessas. Acrescenta-se a ressalva que, por vezes, os rendimentos podem não ser bons preditores uma vez que não têm em conta os custos fixos que cada emigrante tem no país de destino.

A relação entre a profissão e o envio de remessas pode ser interpretada através da tese do investimento na formação por parte das famílias. Uma vez que profissões mais qualificadas implicam um investimento em formação e essa formação é, tendencialmente suportada pelos familiares (Brown e Poirine, 2005). Em Brown e Connell (2006) foram apresentadas diferenças de acordo com as profissões dos emigrantes, as remessas mais elevadas foram observadas em profissões em que a formação já é dirigida para a emigração, neste caso em concreto, enfermeiras naturais das ilhas do Pacífico. A hipótese alternativa que se propõe assenta na existência de um eixo cosmopolitismo-transnacionalismo em que os mais qualificados estão mais associados ao ideal cosmopolita, por consequência, os seus rendimentos tendem a ser gastos em consumos no país de destino. No polo transnacional, com maior

presença de emigrantes menos qualificados, será mais saliente a ligação a Portugal por várias vias, incluindo o envio de remessas.

Método

No âmbito do projeto REMIGR foi criado um inquérito por questionário misto (papel-e-caneta e online) dirigido a pessoas maiores de 18 anos de idade, residentes em qualquer país estrangeiro, com nacionalidade ou naturalidade portuguesa, que tivessem saído de Portugal após o ano 2000. Alguns países (Reino Unido, França, Luxemburgo, Angola, Moçambique e Brasil) contaram com respostas em ambos os modos, os restantes receberam respostas apenas online. O questionário online foi divulgado pelos media, em grupos de Facebook, em blogs de/para emigrantes, e junto de associações de imigrantes.

O processo de inquirição online decorreu entre 6 de maio de 2014 e 25 de maio de 2015. No modo papel-e-caneta foram validados 1.658 inquéritos e foram recolhidas, a 25 de maio de 2015, 5.757 respostas ao inquérito online. Após um processo de depuração, a base final de trabalho foi de 6.086 inquéritos. Foram recolhidas respostas de cerca de 100 países diferentes. O *top* dos principais países encontra-se no quadro 4.1. Para este trabalho irão ser tratados os dados referentes aos países com maior número de respostas e o caso específico da Alemanha de forma a compreender como este destino se aproxima ou se distancia dos restantes principais destinos da emigração portuguesa.

Quadro 4.1 Principais países de resposta

País	Respostas
Reino Unido	1.454
França	600
Angola	579
Brasil	496
Moçambique	415
Alemanha	369
Luxemburgo	368
Suíça	222
Bélgica	161
Holanda	159
Espanha	129
Noruega	126
EUA	107
Irlanda	100

Fonte: REMIGR (2015).

A amostra proveniente da Alemanha era bem equilibrada em termos de sexo, relativamente jovens, uma vez que a mediana se situava nos 32 anos. A inserção no mercado de trabalho dava-se em profissões intelectuais e científicas (59%). Também elevadas eram as qualificações escolares, sendo que 79% possuía um grau superior. As áreas científicas destes graus eram especialmente das engenharias e tecnologias (31% dos graduados) e das ciências sociais (28%). Grande parte (81%) tinha chegado depois de 2009.

A emigração portuguesa para a Alemanha

De modo a caracterizar a emigração portuguesa para a Alemanha recorre-se a dados do registo central de estrangeiros deste país.³ No gráfico 4.1 são projetados os valores do *stock* de portugueses na Alemanha de 1967 a 2015. O início da série temporal, os anos 1960, servem como marco para as imigrações para a Alemanha, dada a implementação do estatuto do trabalhador convidado. Contudo, a emigração portuguesa para a Alemanha é até anterior ao fluxo protagonizado pelos trabalhadores convidados. Os primeiros portugueses a emigrar para a Alemanha teriam sido os judeus Sefarditas, exilados na época da Inquisição nos séculos XV e XVI (Mueller e Pacheco, 2014). Entre os anos de 1967 e 1974 a população de nacionalidade portuguesa inscrita nos registos centrais alemães cresceu de 23.996 para 121.533. Possivelmente, o fim do regime não democrático em Portugal e a crise económica europeia da época implicou um regresso considerável de emigrantes depois daquela data. Desse modo, o quantitativo de portugueses na Alemanha foi gradualmente decrescendo até 1988, ano em que este destino atingiu o número mais baixo para os quais existem registos: 71.068. A partir desse ano, o *stock* de portugueses cresceu, para no ano de 1996 ultrapassar o record registado em 1974. Três fatores podem ter contribuído para este crescimento: 1) A queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, que implicou uma elevada procura por mão de obra, especialmente para o sector da construção civil e obras públicas na parte Oriental do país; 2) A entrada de Portugal na CEE; 3) A implementação da diretiva dos trabalhadores destacados na CEE, que permitia que trabalhadores de empresas portuguesas fossem destacados para trabalhar em outros países da Comunidade. Entre 1996 e 2003 o *stock* de portugueses manteve-se acima dos 130 mil. Posteriormente, no período compreendido entre 2004 e 2011, o número de portugueses na Alemanha decrescia, para rondar os 115 mil. A fronteira dos 115 mil portugueses viria a ser ultrapassada no ano de 2012, mantendo um ritmo crescente até 2015, ano em que atinge o valor mais

3 Uma versão mais pormenorizada encontra-se disponível na versão *Country Report* do Observatório da Emigração (Candeias, 2017).

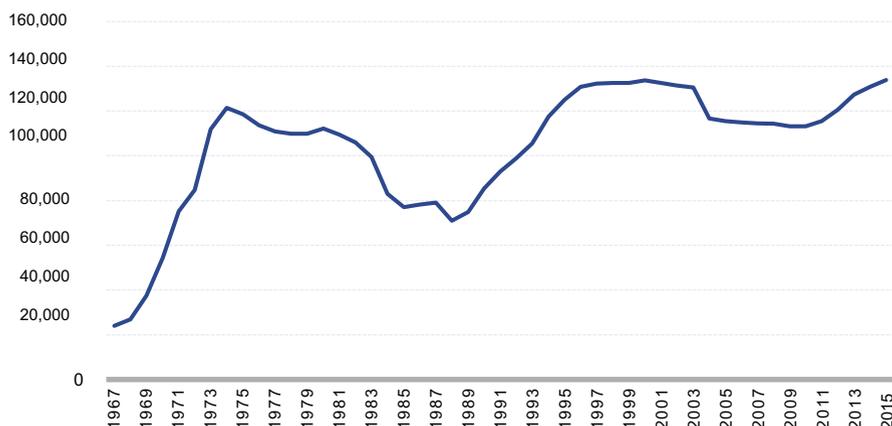


Gráfico 4.1 Stock de portugueses emigrados na Alemanha, 1967-2015

Fonte: DESTATIS (2016).

elevado nos últimos 48 anos: 133.929. Em síntese, o número de portugueses na Alemanha tem sofrido alterações ao longo do tempo e podem ser identificados três picos: nos anos 1970 (época dos *gastarbeiter*), anos 1990 (época da reunificação da Alemanha e implementação da diretiva referente aos trabalhadores destacados) e anos 2010 (época da crise e pós-crise).

Resultados: remessas e relações de trabalho com Portugal

No inquérito por questionário REMIGR era questionado o envio de remessas no ano anterior à participação no estudo. O envio de remessas por parte dos portugueses na Alemanha é uma prática que divide a amostra de forma bastante equitativa, 53% enviou dinheiro para Portugal no ano anterior à aplicação do inquérito, e 47% não o fez.

Se a situação da emigração para a Alemanha for comparada com os restantes países de destino da emigração portuguesa existentes na amostra (quadro 4.2) parece que as remessas são mais frequentemente enviadas de países de emigração recentes (Angola, Irlanda, Noruega, Moçambique) e também da Suíça. Este último país pode encontrar-se numa posição elevada devido aos salários praticados neste país, e/ou a uma estratégia migratória mais orientada para a poupança. No extremo oposto, nos países com menor envio de remessas, encontram-se os países de emigração transatlântica, como o Brasil e os Estados Unidos.

Quadro 4.2 Envio de remessas nos principais países de emigração portuguesa, %

País	%
Angola	73,7
Irlanda	69,1
Suíça	64,9
Noruega	64,8
Moçambique	63,2
Bélgica	56,4
Alemanha	53,0
Luxemburgo	52,3
Holanda	50,0
Espanha	46,5
Reino Unido	42,1
França	37,3
Brasil	35,3
EUA	32,6

Fonte: REMIGR (2015).

Os portugueses na Alemanha assumem uma posição intermédia, perto de outros países europeus, que se caracterizam por um perfil relativamente diversificado em termos de escolaridade e de duração da estadia (pelos dados do inquérito).

Com o foco no caso alemão, o gráfico 4.2 representa a percentagem apurada para o envio de remessas de acordo com fatores considerados importantes na literatura e existentes no inquérito por questionário em análise. O cruzamento por fatores sociodemográficos mostra que o sexo não diferencia o envio de remessas. A relação da idade com o envio de remessas é positiva. Os escalões mais jovens devem estar associados a estudantes ou a emigrantes que não conseguiram uma inserção no mercado de trabalho que lhes permita o envio de remessas, ou ainda pela inexistência de familiares dependentes na origem. Para este último indicador, familiares próximos em Portugal, foram ensaiadas diversas combinações possíveis com a localização do cônjuge, e do número de filhos em Portugal e na Alemanha. O melhor preditor parece ser o total de familiares em Portugal, ter cônjuges, companheiros e/ou filhos em Portugal está associado ao envio de remessas, que corrobora a lógica do *breadwinner* e dos *left-behind*. Este indicador mostrou-se mais relevante do que o estado civil. O último indicador sociodemográfico relevante diz respeito às qualificações escolares. As remessas são especialmente enviadas pelos menos qualificados, o que pode indicar que, no segmento mais qualificado, será mais frequente uma orientação para o consumo no país de destino do que um projeto de poupança e investimento. Na análise bivariada do envio de remessas pelo ano de chegada permitiu perceber se trata de um fator pouco relevante. No bloco dos indicadores de integração na dimensão socioeconómica o rendimento não se mostrou relevante, mas as profissões, sim, no sentido em

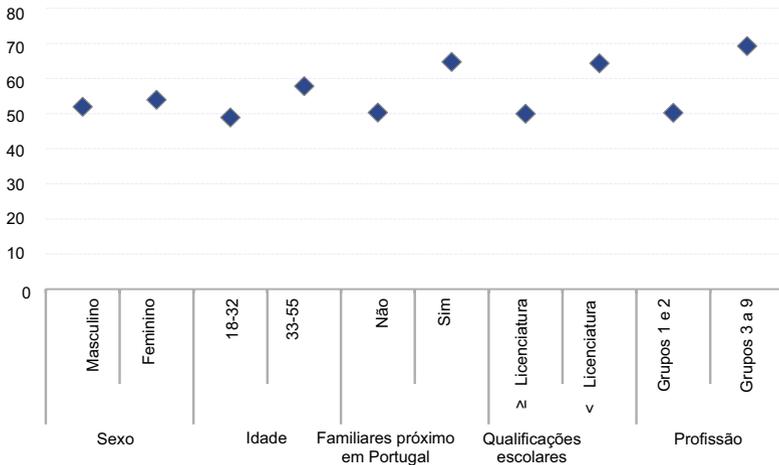


Gráfico 4.2 Envio de remessas por principais preditores

Fonte: REMIGR (2015).

que são os trabalhadores menos qualificados os mais predispostos a enviar dinheiro para Portugal.

Foi corrido um modelo de regressão logística de modo a perceber o efeito dos fatores que foram anteriormente testados na análise bivariada (quadro 4.3). A idade e o número de familiares dependentes em Portugal foram introduzidos como variáveis discretas. A escolaridade de nível secundário ou inferior e as profissões menos qualificadas foram introduzidas como variáveis *dummy*. Dos preditores testados, são estatisticamente significativos a idade, o total de familiares próximos em Portugal e as profissões menos qualificadas. A escolaridade, embora diferencie o envio de remessas numa análise bivariada, perde a sua relevância no modelo de regressão, possivelmente devido a alguma sobreposição com a variável referente à profissão.

Um segundo indicador de relações económicas com Portugal a explorar consiste nas relações laborais, independentemente da qualificação escolar ou profissional dos inquiridos ou entrevistados. Avança-se que se está perante uma minoria, cerca de 3/4 dos inquiridos na Alemanha (76%) não tinham qualquer tipo de ligações profissionais com Portugal (Gráfico 4.3). O que não invalida a importância de conhecer algumas características desta minoria.

Uma análise das relações de trabalho com Portugal pelos principais países de destino (quadro 4.4) mostra que o caso da Alemanha ocupa uma posição mediana, os 24% dos inquiridos que declararam ter algum tipo de relações laborais com Portugal contrastam com extremos como o caso de

Quadro 4.3 Coeficientes de regressão logística e *odds ratio* para o envio de remessas

Variável	Coeficiente de regressão	Odds Ratio
Constante	-1,573*	0,207
Idade	0,042*	1,043
Número de familiares em PT	0,654**	1,923
Ensino Secundário ou inferior (dummy)	-0,01	0,99
Profissões de grupos 3 a 9 (dummy)	1,03***	2,801
<i>Nagelkerke pseudo R²</i>	0,078	

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: Elaborado pelo autor com base em REMIGR (2015)

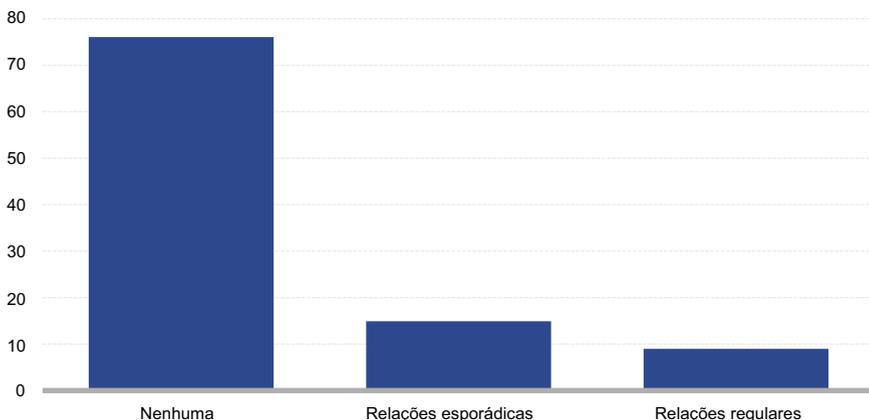


Gráfico 4.3 Relações transnacionais laborais de portugueses na Alemanha

Fonte: REMIGR (2015).

Espanha em que a maioria dos inquiridos tem algum tipo de ligação laboral com Portugal. No top dos países de destino com maior peso das relações laborais com Portugal encontra-se Moçambique, EUA e Angola e Brasil. Para Espanha, pode importar a proximidade geográfica, que facilita as deslocações a Portugal, para os países lusófonos a explicação pode assentar no caráter mais recente da emigração onde as redes com Portugal ainda estão ativas ou na existência de empresas transnacionais que operam em ambos os países (Portugal e no destino). Na amostra inquirida nos Estados Unidos o elevado peso das relações de trabalho parece estar associado a facto de ter sido

Quadro 4.4 Ligações de trabalho com Portugal pelos principais países de destino da emigração portuguesa

País	Sem ligações de trabalho	Ligações de trabalho esporádicas ou regulares
Espanha	49,1	50,9
Moçambique	59,4	40,6
EUA	63,6	36,4
Angola	69,3	30,7
Brasil	71,4	28,6
Alemanha	76,1	23,9
Bélgica	79,1	20,9
Irlanda	79,8	20,2
França	81,7	18,3
Holanda	82,5	17,5
Suíça	83,9	16,1
Reino Unido	85,3	14,7
Luxemburgo	85,7	14,3
Noruega	90,7	9,3

Fonte: REMIGR (2015).

inquirida uma amostra com elevado peso de graduados do ensino superior e de estudantes de doutoramento/ pós-doc, ou seja, académicos que se mantêm ligados à academia portuguesa.

Na base, os países com menor peso de ligações laborais com Portugal são a Noruega, e alguns dos países clássicos da emigração menos qualificada, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça. Assim, os países europeus (com exceção da Espanha) são países que a proximidade geográfica não é um incentivo suficiente para a existência de relações laborais. Países como o Luxemburgo, o Reino Unido e Suíça são países em que o peso da emigração pouco qualificada é considerável. Deste modo, pode supor-se que é necessária alguma literacia ou conhecimentos técnicos de forma a poder-se manter ligações de trabalho com o país de origem.

O segundo passo passa por tentar compreender, a nível individual, os fatores associados a estas relações laborais na emigração portuguesa para a Alemanha. Foi testada a existência de diferenças entre alguns fatores, sexo, idade, qualificações escolares, estado civil, existência de descendências, ano de chegada, situação perante o trabalho, profissão e rendimento. São apresentadas as relações que se mostraram relevantes (gráfico 4.4). As ligações de trabalho com Portugal mostraram-se mais frequentes nos empresários ou trabalhadores por conta própria o que segue na linha dos estudos de Portes e colegas (Portes *et al.*, 2002). São também mais frequentes nos graduados do ensino superior e nos profissionais mais qualificados, o que foca um perfil específico em que, provavelmente, estas três variáveis estarão muito relacionadas.

O último passo consistiu numa análise de regressão logística que contemplou fatores acima relevantes: escolaridade de nível superior, os

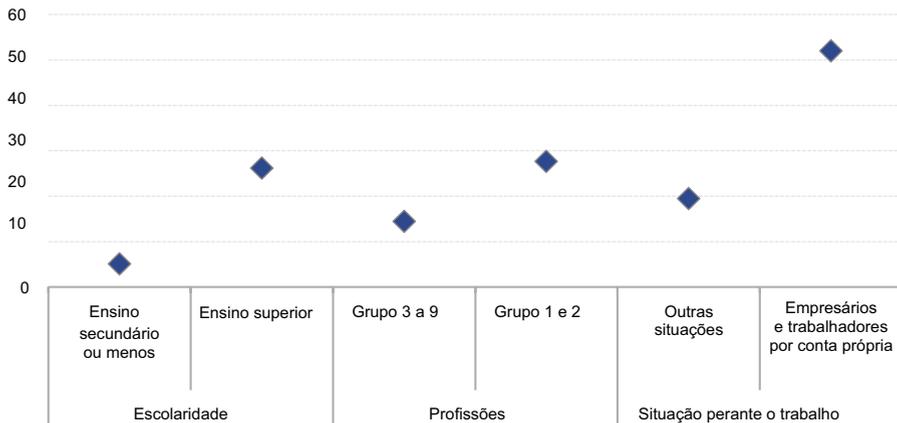


Gráfico 4.4 Relações de trabalho com Portugal de portugueses na Alemanha por principais preditores
Fonte: REMIGR (2015).

profissionais mais qualificados, os empresários e os trabalhadores por conta própria como variáveis *dummy* (quadro 4.5). A profissão é a única variável que não apresenta uma relação significativa, provavelmente devido a uma elevada sobreposição com a escolaridade, é de ter em conta também que na análise bivariada, este era o fator com menor diferenciação.

Quadro 4.5 Coeficientes de regressão logística e *odds ratio* para o transnacionalismo laboral de portugueses na Alemanha

Variável	Coefficiente de regressão	Odds Ratio
Constante	-3,017***	0,049
Escolaridade (ensino superior dummy)	1,738***	5,687
Profissão (grupos 1-2 dummy)	0,188	1,207
Situação na profissão (empresários e trabalhadores por conta própria dummy)	1,311***	3,709

Nota: Pseudo R² de Nagelkerke=0,124 **p* < 0,05, ***p* < 0,01, ****p* < 0,001.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em REMIGR (2015).

Conclusões

As práticas transnacionais (na esfera económica, mas não só) dos portugueses na Alemanha podem enquadrar-se no que é cunhado *middling transnationalism* (Conradson e Latham, 2005). Estas ligações são protagonizadas por uma categoria intermédia entre a elite de *eurostars* (Favell, 2008) e imigrantes laborais muito pouco qualificados. O espaço europeu em que esta emigração se dá facilita a mobilidade e algumas as práticas transnacionais, o que leva King e colegas (2018) a considerar o transnacionalismo no espaço europeu de transnacionalismo fácil. Não obstante a “facilidade” que o contexto europeu favorece, as relações transnacionais dos portugueses assumem uma escala inferior à dos países que impulsionaram este campo de estudos. A situação portuguesa é distinta da de países que dependem fortemente do contributo económico dos emigrados para o desenvolvimento, como o exemplo México (Iskander, 2005). Portugal também não é um país que dependa muito das remessas para alimentar as contas públicas. Se este contributo for operacionalizado pelo peso das remessas no PIB, os dados recentes (2019-2020) do Banco Mundial apontavam para valores superiores a 35% para países como Tonga e Somália, enquanto para Portugal os valores eram da ordem dos 0,3%.⁴ Estas relações não existem meramente devido a desigualdades de ordem económica entre países, os governos dos países de origem podem fomentar estas relações de diferentes maneiras (*vide* Agunias, 2009).

Neste contexto, com base nos dados recolhidos e apresentados neste capítulo, o envio de remessas numa base pelo menos anual por parte dos portugueses na Alemanha é praticado por pouco mais de metade da amostra. Comparando homens com mulheres, a proporção que envia remessas é semelhante, como Goza e Ryabov (2010) tinham proposto, para algumas migrações o sexo não diferencia o envio de remessas. A idade é positivamente relacionada com as remessas, a explicação, associada à trajetória migratória, defende a existência de um período inicial de ajustamento à sociedade de destino que implica custos e também uma inserção inicial no mercado de trabalho associada a salários mais baixos, que não permitem o envio de dinheiro (Carrasco, 2015). A existência de familiares dependentes em Portugal é também um fator relevante uma vez que, em parte, as remessas servem para suprir necessidades de consumo da família que “fica em casa” (Cai, 2003; Merkle e Zimmermann, 1992), na esfera familiar, este fator é mais importante do que o estado civil ou o número de filhos. Estes resultados mostram que, em parte, as teorias clássicas explicativas do envio de remessas, ou o perfil clássico das migrações, ainda é relevante em alguns domínios. No que diz respeito

4 <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS>
(consultado a 19-08-2021).

às qualificações (escolares e profissionais), a escolaridade não se mostrou relevante no modelo de regressão e no modelo bivariado seguiu o sentido contrário ao esperado na tese do investimento da família na educação (Lucas e Stark, 1985). A profissão mostrou-se ser relevante no sentido em que o envio de remessas mostrou-se associado a profissões menos qualificadas, o que ajuda a corroborar a tese da existência de um perfil específico de emigrantes que enviam remessas, com profissões pouco qualificadas e com familiares dependentes em Portugal.

As relações de trabalho com Portugal, embora minoritárias, podem tratar-se de uma forma de transferência de *skills*, bem como de formação de redes internacionais, com impacto positivo na economia portuguesa. Um dos perfis, conhecido na literatura e também verificado no caso dos portugueses na Alemanha, diz respeito aos empresários transnacionais (Portes *et al.*, 2002). Um segundo fator importante, prende-se com a escolaridade de nível superior, que pode estar ligada a um domínio de *skills* mais diversificados, e por isso valorizadas em diversos mercados de trabalho, ou, em alternativa a um maior capital social, ambos os argumentos necessitam de maior escrutínio no futuro.

As relações económicas entre os emigrantes portugueses e a origem podem assumir diferentes formas, foram exploradas duas delas. As remessas são um indicador clássico, as relações de trabalho são menos exploradas. Esta análise conjunta permitiu perceber que diferentes perfis de emigrantes podem estabelecer diferentes relações económicas com Portugal. As remessas, mais associadas a migrações clássicas, de pessoas a desempenhar profissões menos qualificadas, *breadwinners* com familiares dependentes em Portugal. As relações de trabalho, mais associadas a empreendedores e a detentores de qualificações académicas mais elevadas.

Referências bibliográficas

- Agunias, D. R. (Ed.). (2009), *Closing the Distance: How Governments Strengthen Ties with Their Diasporas*, Washington, Migration Policy Institute.
- Baganha, M. I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Brown, R. P. C. (1997), "Estimating Remittance Functions for Pacific Island Migrants" *World Development*, 25 (4), pp. 613-626.
- Brown, R. P. C., e Connell, J. (2006), "Occupation-specific analysis of migration and remittance behaviour: Pacific Island nurses in Australia and New Zealand", *Asia Pacific Viewpoint*, 47 (1), pp. 135-150.
- Brown, R. P. C., e Poirine, B. (2005), "A model of migrants' remittances with human capital investment and intrafamilial transfer", *The International Migration Review*, 39 (2), pp. 407-438.

- Cai, Q. (2003), "Migrant remittances and family ties: a case study in China", *International Journal of Population Geography*, 9 (6), pp. 471-483. Doi: 10.1002/ijpg.305
- Candeias, P. (2017), "Alemanha", *OEM Country Reports*, 4, Observatório da Emigração, CIES, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Doi: 10.15847/CIESOEMFS042017
- Carling, J., e Hoelscher, K. (2013), "The capacity and desire to remit: comparing local and transnational influences", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39 (6), pp. 939-958.
- Carrasco, J. I. (2015), *Economic Integration and Ties to Origin as Determinants of Migrant Remittances Among Senegalese Immigrants in Spain: a Longitudinal Approach*, Master's thesis in demography, Stockholm University, Stockholm.
- Conradson, D., e Latham, A. (2005), "Transnational urbanism: Attending to everyday practices and mobilities", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31 (2), pp. 227-233.
- Delpierre, M., e Verheyden, B. (2014), "Remittances, savings and return migration under uncertainty", *IZA Journal of Migration*, 3 (22), pp. 1-43.
- Durand, J., Kandel, W., Parrado, E. A., e Massey, D. S. (1996), "International Migration and Development in Mexican Communities", *Demography*, 33 (2), pp. 249-264.
- Faist, T. (2008), "Migrants as transnational development agents: an inquiry into the newest round of the migration-development nexus", *Population, Space and Place*, 14, pp. 21-42.
- Favell, A. (2008), *Eurostars and Eurocities. Free Movement and Mobility in an Integrating Europe*, Baskerville, Blackwell.
- Goza, F., e Ryabov, I. (2010), "Remittance activity among brazilians in the US and Canada", *International Migration*, 50 (4), pp. 1-29.
Doi: 10.1111/j.1468-2435.2009.00590.x
- Hunte, C. K. (2004), "Workers' remittances, remittance decay and financial deepening in developing countries", *The American Economist*, 48 (2), pp. 82-94.
- ILO. (2021), *ILO Global Estimates on International Migrant Workers. Results and Methodology*, 3.^a edição, Genebra, International Labour Organization.
- Iskander, N. (2005), "Social learning as a productive project: the tres por uno (three for one) experience at Zacatecas", Mexico, em OECD (ed.), *Migration, Remittances and Development* (pp. 249-263), Paris.
- King, R., Lulle, A., Parutis, V., e Saar, M. (2018), "From peripheral region to escalator region in Europe: young Baltic graduates in London", *European Urban and Regional Studies*, 25 (8), pp. 284-299.
- Lianos, T. P. (1997), "Factors determining migrant remittances: the case of Greece", *International Migration Review*, 31 (1), pp. 72-87.
- Lucas, R. E. B., e Stark, O. (1985), "Motivations to remit: evidence from Botswana", *Journal of Political Economy*, 93 (5), pp. 901-918.
- Mahapatro, S. R. (2017), "Why do they remit? Examining factors influencing migrant remittances in India", *Journal of Development Policy and Practice*, 2 (2), pp. 225-235.
- Merkle, L., e Zimmermann, K. F. (1992), "Savings, remittances, and return migration", *Economics Letters*, 38 (1), pp. 77-81.

- Mueller, S., e Pacheco, L. M. (2014), *Portugiesen in Hamburg/Portugueses em Hamburgo*, Frankfurt am Main, Cross-Culture Publishing.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T. d., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., e Madeira, P. M. (eds.) (2016), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pires, R. P., e Cândido, A. F. (2019), "Emigração e desenvolvimento na periferia europeia: o caso português", *Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad Social*, 140, pp. 125 -140.
- Portes, A. (2003), "Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", *International Migration Review*, 37 (3), pp. 874-892.
- Portes, A., Escobar, C., e Radford, A. W. (2007), "Immigrant transnational organizations and development: a comparative study", *International Migration Review*, 41 (1), pp. 242-281.
- Portes, A., Guarnizo, L. E., e Haller, W. J. (2002), "Transnational entrepreneurs: an alternative form of immigrant economic adaptation", *American Sociological Review* 67 (2), pp. 278-298.
- Stark, O. (1978), *Economic-demographic Interaction in Agricultural Development: The case of Rural-to-Urban Migration*, Roma, UN Food and Agriculture Organization.
- Vertovec, S. (2000), "Rethinking remittances: plenary lecture at 5th International Metropolis Conference", Vancouver, *ESRC Transnational Communities Programme Working Paper WPTC-2K-15*.
- Vertovec, S. (2001), "Transnationalism and identity", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27, pp. 573-582.
- Vertovec, S. (2002), "Transnational networks and skilled labour migration" *Working paper series (University of Oxford, Transnational Communities: an ESRC Research Programme)*.
- Vertovec, S. (2009), *Transnationalism*, Londres, Nova Iorque, Routledge.

O Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora

Cristina Coelho

(Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, DGACCP, MNE)

O Programa do XXII Governo Constitucional afirmou, entre as prioridades e os desafios estratégicos da ação governativa, a valorização do potencial e da dimensão, dispersão, enraizamento e vinculação a Portugal das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, bem como o apoio à internacionalização da economia portuguesa, incluindo na sua dimensão de atração de investimento e da coesão territorial, enquanto vetor de desenvolvimento, competitividade e qualificação dos territórios, dos seus recursos endógenos e das suas especificidades.

Com base nestes pressupostos, e no âmbito da valorização da diáspora de milhões de portugueses residentes no exterior, tem sido possível promover o investimento dessa mesma diáspora em Portugal e a internacionalização da nossa economia, através do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) e da realização de encontros de Investidores da Diáspora, com quatro edições nacionais e duas regionais realizadas desde 2016.

Esta temática foi, assim, incluída na agenda das comunidades portuguesas e na agenda nacional, evidenciando a sua natureza estratégica, o seu potencial económico e revelando a importância deste trabalho para a atração e fixação do investimento originário das comunidades portuguesas e para a internacionalização da nossa economia através destas, para a valorização e desenvolvimento dos territórios e para o reforço do papel que as diferentes entidades regionais e as autarquias desempenham neste âmbito.

Foi assim aprovado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020, de 18 de agosto, o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), iniciativa governamental de valorização das comunidades portuguesas que promove o investimento da diáspora, em especial no interior do país, bem como as exportações e a internacionalização das empresas nacionais através da diáspora.

O PNAID assume quatro objetivos gerais.

- i) Pessoas: reforçar o apoio ao regresso de portugueses e lusodescendentes ao território nacional, investir nos recursos humanos e incentivar as iniciativas e a atração da diáspora qualificada para Portugal.
- ii) Investimento em Portugal: apoiar o investimento da diáspora, e através da diáspora, em Portugal, informando sobre oportunidades, programas e incentivos, reduzindo custos de contexto e facilitando a realização dos projetos, divulgando os resultados, em termos quer de criação de riqueza, quer de postos de trabalho, com discriminação positiva para territórios do interior.
- iii) Coesão territorial: contribuir para a fixação de pessoas e empresas e para o seu desenvolvimento económico nos territórios do interior.
- iv) Internacionalização: fazer da diáspora um fator de promoção da internacionalização de Portugal e de diversificação de mercados dos diversos setores da economia portuguesa.

Este programa está alinhado com outras políticas, nomeadamente o Programa de Valorização do Interior, o Programa Internacionalizar e o Programa Regressar. A coordenação do PNAID compete, no nível político, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das comunidades portuguesas e da valorização do interior. É executado em articulação com 14 áreas governativas relevantes através de uma rede de pontos focais, bem como de agentes relevantes presentes no território nacional e nas comunidades portuguesas.

O Programa destina-se a emigrantes portugueses e lusodescendentes que queiram investir ou alargar a sua atividade económica em Portugal, bem como a empresas nacionais que pretendam exportar ou internacionalizar os seus negócios através da diáspora.

Medidas

Para a dinamização das duas linhas de ação interdependentes — o regresso e/ou o investimento da diáspora em Portugal e a promoção das exportações e da internacionalização da economia portuguesa através da diáspora — concorrem quatro eixos de intervenção, que enquadram 23 medidas e 87 submedidas.

Eixo A: apoios e incentivos

Eixo orientado para organizar e redimensionar os apoios técnicos e financeiros existentes em Portugal, bem como para introduzir discriminação positiva (majoração, dotação orçamental específica, ou outra).

- Medida A.1. Incentivos financeiros direcionados ao investimento da diáspora: PO Regionais e Competitividade. Tal já aconteceu com o +

CO3SO Emprego e + CO3SO competitividade (SI inovação, territórios de baixa densidade e programa de apoio à produção nacional, base local).

- Medida A.2. Sistemas de apoio à criação de redes de cooperação, processos colaborativos e I&DT.
- Medida A.3. Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II).
- Medida A.4. Programa Regressar: apoio financeiro, benefício fiscal e linha de crédito para criar negócio próprio.
- Medida A.5. Contingente especial (7% da quota) do concurso nacional de acesso ao ensino superior.
- Medida A.6. Incentivo à renovação geracional, facilitação do acesso à terra e promoção do investimento na agricultura: estatuto agricultura familiar, jovem empresário rural e bolsa de terras.
- Medida A.7. Promoção e qualificação do investimento no turismo através de um conjunto de instrumentos de financiamento que visam assegurar às empresas do setor com origem na diáspora condições de financiamento mais favoráveis.
- Medida A.8. Incentivos ao investimento em habitação acessível.
- Medida A.9. Instrumentos de financiamento à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Eixo B: facilitação

Eixo orientado para promover a redução ou supressão de obstáculos ao investimento da diáspora

- Medida B.1. Disponibilização serviço Empresa Online nos consulados.
- Medida B.2. Divulgação do processo de reconhecimento do estatuto de utilidade pública das câmaras de comércio portuguesas no estrangeiro.
- Medida B.3. Agilização dos procedimentos de reconhecimento, em Portugal, de habilitações académicas e qualificações profissionais obtidas no estrangeiro.
- Medida B.4. Agilização e facilitação do acolhimento das famílias de emigrantes oriundos da diáspora no sistema educativo.
- Medida B.5. Identificação e redução dos custos de contexto específicos do investimento da diáspora e à internacionalização.

Eixo C: informação e divulgação

Eixo orientado para dar maior visibilidade ao contributo das comunidades portuguesas e lusodescendentes residentes no estrangeiro para a economia e a sociedade portuguesas e para que os empresários portugueses e

lusodescendentes residentes fora de Portugal conheçam melhor as oportunidades de investimento em Portugal, e as estruturas, serviços e instrumentos que os apoiam

- Medida C.1. Guia de Apoio ao Investimento da Diáspora e capacitação dos técnicos dos municípios (GAE, espaços empresa...) e comunidades CIM.
- Medida C.2. Divulgação das boas práticas e dos resultados dos investimentos oriundos da diáspora e através da diáspora: newsletter, roteiros.
- Medida C.3. Divulgação de informação sobre oportunidades e medidas de apoio ao investimento da diáspora em Portugal, ao nível nacional, regional e municipal: *webinars* e site PNAID.
- Medida C.4. Divulgação e promoção do programa no estrangeiro.

Eixo D: promoção, mobilização e redes

Eixo orientado para que os investidores da diáspora, as áreas da governação, entidades regionais e municípios, entidades do associativismo empresarial que apoiam o investimento da diáspora e dispõem dos interlocutores, instrumentos e meios para o efeito, e as comunidades locais se coordenem e trabalhem em conjunto.

- Medida D.1. Criação e funcionamento da Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID); alargamento da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante e valências na área do apoio ao investimento da diáspora.
- Medida D.2. Articulação entre as redes internas e externas de Portugal e o tecido empresarial da diáspora; sensibilização e formação de municípios (GAE, espaços empresas ...) e CIM para a identificação, mapeamento e listagem dos investimentos da diáspora a partilhar na RAID.
- Medida D.3. Valorização das redes de portugueses e lusodescendentes no mundo, relevantes para o investimento da diáspora.
- Medida D.4. Realização dos encontros nacionais e regionais de investidores da diáspora.
- Medida D.5. Estatuto de Investidor da Diáspora e marca Investimento da Diáspora. Criação do Estatuto de Investidor da Diáspora, atribuído pelo membro do Governo responsável pela área das comunidades portuguesas, a requerer por cidadão português, lusodescendente ou pelos nascidos no estrangeiro a quem tenha sido atribuída a nacionalidade portuguesa ou a ela tenha direito, que resida ou haja residido por mais de um ano fora de Portugal, nos últimos dois anos anteriores à data em que requer o referido estatuto, conforme atestado por autoridade diplomática ou consular ou outros documentos que, inequivocamente,

comprovem tal situação, e que pretenda realizar, independentemente de regresso, projeto(s) de investimento em Portugal, a título individual ou através de entidade empresarial, cujo capital detenha em mais de 50%.

Monitorização de indicadores-chave

A monitorização e avaliação do programa abrange: (1) o grau da execução das medidas agregando submedidas e organizada em eixos estratégicos de operacionalização; (2) a monitorização de indicadores de resultados em cada uma das medidas implementadas agregadas/organizadas pelos 4 objetivos estratégicos.

Com o propósito de facilitar a monitorização do programa, sintetizaram-se os indicadores-chave em formato de observatório em redor dos objetivos estratégicos, tendo em conta a contribuição de cada medida para cada um dos objetivos.

Pessoas

- Programa Regressar: pessoas regressadas (número) e regresso por via da criação do próprio emprego ou empresa (percentagem).
- Estudantes admitidos no ensino superior ao abrigo do contingente especial para emigrantes (número).
- Estágios em empresas promotoras da língua portuguesa (número).

Investimento

- Estatutos de investidor da diáspora emitidos (número).
- Projetos de investidores da diáspora (número).
- Investimento da diáspora em Portugal (euros).
- Criação de emprego em Portugal (número).

Internacionalização

- Empresas internacionalizadas através diáspora (número).
- Aumento das exportações via diáspora (percentagem).
- Volume de negócios plataformas de exportação (euros).

Coesão

- Pessoas regressadas para o interior (territórios de baixa densidade) (número e percentagem).

- Estudantes do ensino superior do contingente especial colocados no interior (número e percentagem).
- Estágios em Empresas Promotoras da Língua Portuguesa no interior (número e percentagem).
- Projetos, investimento e criação emprego no interior (número, euros e percentagem).
- Aumento das exportações empresas do interior (percentagem).

Síntese dos resultados

Programa Regressar

Dados reportados a março de 2021:

- 2.934 candidaturas (desde o início da medida em julho de 2019);
- 1.861 candidaturas já aprovadas ou em fase de cabimentação;
- 268 candidaturas beneficiadas pela majoração Território Interior (baixa densidade), benefício introduzido em fevereiro de 2020;
- 90% das candidaturas são de emigrantes, sendo os restantes 10% de familiares (respetivamente 2.654 e 280);
- 45% possuem habilitações académicas ao nível superior (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento);
- 63% dos candidatos saíram do país entre 2011 e 2015;
- 78% dos candidatos tem entre 25 e 44 anos de idade;
- 6.431 pessoas potencialmente abrangidas, entre candidatos e elementos do agregado familiar;
- Norte (41%) e Lisboa e Vale do Tejo (33%) são as regiões que acolhem 74% dos regressados;
- tem conseguido atrair emigrantes jovens, em idade ativa e altamente qualificados;
- revisto em dezembro de 2020 pela Resolução do Conselho de Ministros 124/2020, com alargamento a 2023 bem como ao regresso para criação do próprio emprego/empresa.

CO3SO Emprego

Dados reportados a janeiro de 2021:

- majorações Territórios do Interior (baixa densidade) e Investimento Diáspora;
- candidaturas decorreram de julho a setembro/2020;
- 131 candidaturas apresentadas por investidores da diáspora (2,5% do

- total), com solicitação de cerca 16 milhões de euros de apoio para a criação de 333 postos de trabalho;
- a região Norte registou o maior número de candidaturas (60), de montante de apoio solicitado (cerca de 7,5 milhões de euros) e de criação de postos de trabalho (153);
 - nas três modalidades disponíveis (interior, urbano e empreendedorismo social), o emprego interior foi a mais procurada pelos investidores da diáspora, somando 83 candidaturas, destinadas a criar 191 postos de trabalho e pedindo apoios na ordem dos 10 milhões de euros;
 - o processo de análise e decisão ainda não está concluído sendo que, até ao momento, a diáspora conta com um total de 46 candidaturas aprovadas, estando assegurados 89 postos de trabalho num montante de financiamento de cerca de 5,5M. Destas, 61% localizam-se na região Norte e 63% localizam-se em regiões do interior.

Estatutos de investidor da diáspora

Dados reportados a março de 2021:

- 160 estatutos emitidos de agosto de 2020 a março de 2021;
- 80% nasceram em Portugal (emigrantes);
- 17% nasceram no estrangeiro (lusodescendentes);
- 3% têm direito a nacionalidade portuguesa;
- 85% pretende regressar e 15% não pretende regressar;
- 67% homens, 33% mulheres;
- 19% residem em Portugal, tendo regressado há menos de 2 anos;
- 59% têm origem na Europa, seguindo-se África (sobretudo PALOP), América do Norte e América do Sul;
- Origem em 26 países (por ordem decrescente): França, Suíça, EUA, Reino Unido, Brasil, Angola, Moçambique, Luxemburgo, Canadá, Bélgica, Venezuela, Alemanha, Cabo Verde, China, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Peru, Uganda, África do Sul, Andorra, Áustria, Espanha, Holanda, Islândia, Itália e Togo.

Apoio ao Investidor GAID/RAID

Dados reportados a março de 2021:

- desde setembro de 2020, 76 investidores solicitaram acompanhamento ao GAID (Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora): informação, orientação empresarial, facilitação institucional, procura de fontes de financiamento, etc.). Só 25% são mulheres;

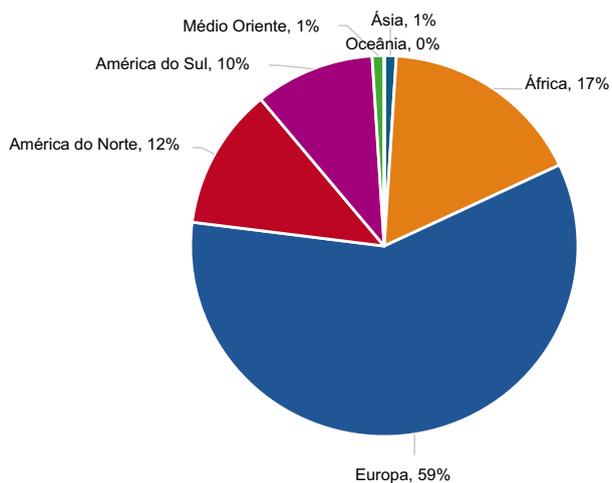


Gráfico A.1 Pedidos do Estatuto de Investidor da Diáspora, por continente, até março de 2021

Fonte: Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora.

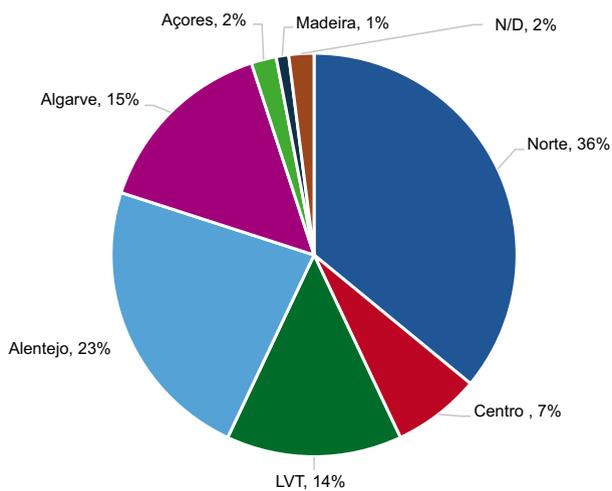


Gráfico A.2 Investimentos da diáspora por região, até março de 2021

Fonte: Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora.

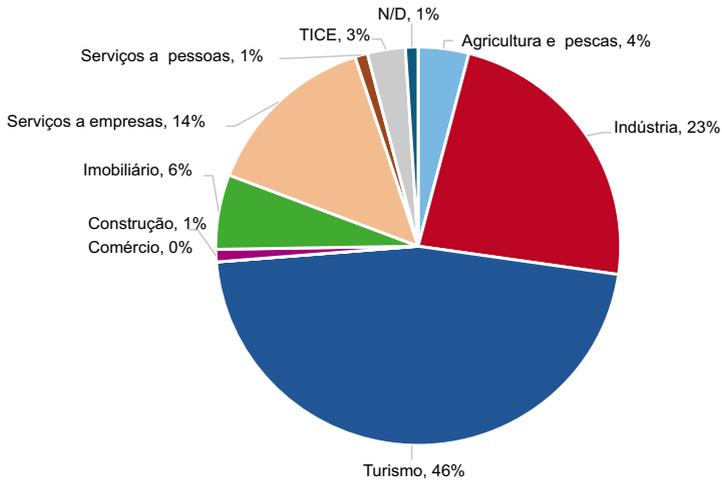


Gráfico A.3 Investimentos da diáspora por setor de atividade, até março de 2021

Fonte: Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora.

- 74 projetos de investimento que significaram mais de 50 milhões de eu-ros de investimento potencial (média de 700.000 por projeto);
- 51% do investimento localiza-se em territórios de baixa densidade;
- investem sobretudo em áreas da agricultura e indústria alimentar, imobiliário e turismo, serviços a empresas e tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE);
- a atividade turística atrai quase metade do volume de investimento;
- o investimento em imobiliário/turismo está normalmente associado à compra de ativos devolutos.

Portugal tem uma vasta diáspora que pode constituir um importante fator de desenvolvimento do país. Este livro reúne quatro textos sobre um tema em geral pouco estudado: o impacto da emigração num país de origem de muito elevado desenvolvimento humano, como é o caso de Portugal.

Nos textos, inicialmente apresentados num colóquio sobre o potencial económico da diáspora, são tratados temas muito diversos: é feita uma revisão crítica da literatura económica sobre os impactos da diáspora nos países de origem da emigração; são dados a conhecer os principais indicadores sobre o contributo económico potencial da emigração em Portugal; são divulgados os resultados de um estudo sobre as intenções de retorno dos emigrantes portugueses; e são discutidos dois tipos de ligações económicas entre os emigrantes e Portugal, o envio de remessas e as ligações de trabalho. No final, é ainda apresentado brevemente o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora.

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

SOCIUS
Centro de Investigação em Sociologia
Económica e das Organizações

IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
LISBOA

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

 **COMUNIDADES
PORTUGUESAS**

 **Observatório
da Emigração**